A photograph of two men standing in a prison hallway. The man on the left is wearing a dark blue V-neck shirt and light-colored shorts. The man on the right is shirtless and wearing yellow shorts. Both men have their faces obscured by black rectangular boxes. The hallway has blue walls on the left and a metal door on the right. The lighting is somewhat dim, with a light fixture visible in the background.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**POR UMA GEOGRAFIA DO CÁRCERE
Territorialidades nos Pavilhões do Presídio
Professor Aníbal Bruno em Recife - PE**

RAIMUNDO FERREIRA DE ARRUDA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ALCINDO JOSÉ DE SÁ

**Recife
Agosto - 2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno- Recife-PE .

Esta pesquisa sob a orientação do Prof^o. Dr^o. Alcindo José de Sá,
tem por objetivo a obtenção do grau de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Geografia da UFPE.

Recife, Agosto de 2006.

Ata da sessão de arguição do mestrando Raimundo Ferreira de Aranda, do mestrado em geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto de 2006 (dois mil e sess), reuniu-se a Comissão composta dos seguintes professores: Aleindo José de Sá (Orientador), Kátia Cristina Ribeiro Costa e Jan Bilouin, para sob a presidência do primeiro, procederem ao exame da dissertação do mestrando Raimundo Ferreira de Aranda, sob o título: "Por uma geografia do cárcere: territorialidades nos Pavilhões do Presídio Prof. Anibal Bruno - Recife/PE". Iniciadas as trabalhos a presidência informa os objetivos da reunião, salientando a regulamentação em vigor. Em seguida concede a palavra ao autor da dissertação para que, de maneira sucinta, apresentasse o mencionado trabalho. Após exposição do assunto, os componentes da banca examinadora procederam à arguição, e em seguida reuniu-se em câmara reservada para deliberação do conceito a ser atribuído, considerando a referida dissertação "aprovada". Sendo o assunto específico da reunião, a presidência encerra a sessão, e para constar em Rosa Cristina Marques de Souza, lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais presentes. Recife, 30 de agosto de 2006.

Aleindo José de Sá

Kátia Cristina Ribeiro Costa

Jan Bilouin

Raimundo Ferreira de Aranda

x Aleindo José de Sá

x Kátia Cristina Ribeiro Costa

x Jan Bilouin

x Raimundo Ferreira de Aranda

Rosa Marques

CONFERE COM O ORIGINAL

Rosa Cristina Marques

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Curso de Mestrado em Geografia - UFPE

AGRADECIMENTOS

Apesar de uma dissertação caracterizar-se como um trabalho individual e solitário, no entanto a mesma demanda envolvimento de instituições, familiares e amigos que abraçaram esta idéia. Foi a partir deste apoio que toda uma rede foi montada objetivando concretizar este sonho acadêmico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela aceitação em discutir e analisar a questão do cárcere. Todo um instrumento geográfico foi obtido por disciplinas ministradas pelos professores Antônio Carlos, Nilson Cróssia e Cláudio Castilho. À professora Marlene Silva, que ajudou-nos a estruturar o projeto e ao professor Jan Bitton, que receptivo diminuiu dúvidas e nos mostrou que a organização dos dados vai além da estatística, pois eles devem possibilitar uma reflexão crítica do objeto investigado.

E um agradecimento super especial ao nosso orientador: o professor Dr.º Alcindo José de Sá, que em seus estudos tem mostrado uma preocupação com os processos globais que concorrem para a exclusão social, e, conseqüentemente, para o encarceramento dentro e fora dos presídios, que recentemente lançou um livro abordando o tema. Instigante, levou-nos a repensar o método, não visto mecanicamente, como uma receita a ser seguida aleatoriamente. Pois é a partir do objeto a ser estudado e de conceitos dinâmicos que o pesquisador irá criar estratégias, armadilhas para cercá-lo e explicá-lo. Seja nas aulas ministradas ou encontros para discutirmos a pesquisa, o professor ajudou-nos a ressignificar os conceitos geográficos, fundamentais para compreender que o encarceramento vai além dos muros do presídio.

Para a realização deste trabalho foi fundamental o apoio do Diretor-Executivo da unidade: Coronel Evandro Carvalho de Moura e Silva, que autorizou o acesso aos dados e ao pessoal

técnico, bem como a liberdade para entrevistar os detentos. Uma atenção especial ao setor Psico-Social nas pessoas dos assistentes sociais Cícero e José Carlos. Ao setor de Informação e Estatística da Secretaria de Defesa Social, que forneceu dados que permitiram a construção do perfil dos detentos do Estado. Nossa gratidão ao Diniz de Brito.

Um carinho especial a Escola Professor Joel Pontes, localizada na unidade, desde a sua gestora a Professora Ana Luísa, aos professores e alunos, em geral, que nos ajudaram e deram força para concluir este trabalho; uma gratidão ao monitor Claudes Alcio pela digitação do projeto e organização dos dados levantados.

A disponibilidade de tempo é fundamental para a realização de uma pesquisa, por isso um agradecimento a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, que nos liberou por um ano.

Obrigado a John Kennedy e Gildinha que agilizaram a nossa liberação.

Aos colegas que ao longo do curso transformaram-se em amigos: Santiago Vasconcelos (Mestrando) e Paulo Sérgio (Doutorando), suas opiniões enriqueceram o trabalho, obrigado também pelos momentos de descontração. Aos amigos desde a época da graduação Eduardo e Vanúzia Neves que deram dicas que ajudaram-nos a construir os gráficos. Bem como ao amigo e irmão Antônio Carlos Bezerra e a Héctor Vargas pelo incentivo na finalização do trabalho.

E, finalmente, um carinho especial aos familiares, pois sem o apoio deles tornaria mais difícil a realização deste trabalho. As irmãs Denise, Balbina, Raimunda e Risalva por tudo que vocês representam para mim e aos sobrinhos queridos: José Alves, Michelle, Moacir, João Luiz, Rodolfo, André, Cláudia e Marta. Palavras não podem expressar os sentimentos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais (In memoriam): Rodolfo Ferreira de Arruda e Severina Maria de Arruda que tanto fizeram por mim em vida.

E aos detentos do Presídio Professor Aníbal Bruno, que tanto colaboraram para a concretização deste trabalho, para eles meu carinho e afeto.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre as territorialidades nos pavilhões do Presídio Prof. Aníbal Bruno. A hipótese central do trabalho é a de que a ausência do Estado e a superlotação fomentam / estimulam a montagem de um poder pelos próprios detentos. A luta por espaço implica em luta pela vida e a práxis dos internos transformam os pavilhões em espaços recortados por redes. Pois como o Estado não cumpre o seu papel, as necessidades básicas transformaram-se em recursos, por isso, o preparo de refeições (para fugir da alimentação oficial), o aluguel de eletrodomésticos e a prestação de um pequeno serviço, como a lavagem de roupas, são alguns dos exemplos da práxis vivenciada no cárcere. O espaço é aqui entendido como um sistema de objetos e sistemas de ações, na qual cada forma apresenta um conteúdo específico / esperado. No entanto, o presídio é um espaço no qual os detentos criam territórios ao se aproximarem de determinados locais da cela e do pavilhão, e, como consequência desse processo, estruturam-se as redes, que nada mais são do que os pontos visíveis ou não do jogo do poder no interior da referida unidade. Alguns dados ajudaram a construir um perfil do detento mostrando que na sua maior parte eles vem da periferia da Região Metropolitana do Recife, que por isso mesmo antes de adentrarem o muro do presídio eles já conviviam com uma situação de exclusão. É claro que foi difícil dissociar a questão do cárcere da sociedade envolvente, esta deve também repensar seus valores, modificar-se: humanizando-se.

ABSTRACT

To present this dissertation it turns on the territoriality in the pavilions of the Prison "Prof. Anibal Bruno". The central hypothesis of the one that the absence of the State and the overcrowding foment, they stimulate the assembly of the power for the own detainees. The fight for space implicates in fight for the void the interns' praxis transform the pavilions is cut space for nets. Because as the State it doesn't accomplish his/her role basic needs became resources, for that, the preparation of meals (to flee of the official feeding), the rent to appliances and the installment of a small service, as of washed of clothes, they are some of the examples of the praxis lived in the jail. The Space na here expert as a system of the objects and systems of actions, in the which each form presents a content specific, expected. However, the prison is space in which the detainees creates territories to the if they approximate certain places of the cell and of the pavilion, and as consequence of that process, the nets are structured, that healthier than the visible points or not to the game of the power inside referred her unit. Some data helped to build a profile of the detainee showing that in his/her largest part they come from the Periphery of the Metropolitan Area of Recife. They present low education degree and, that reason before they penetrate the wall of the prison they already lived together with on exclusion situation. Public politics in the lacking communities are pointed as actions of significant impact in the prevention to the crime, at least committed them by the less favored classes. Of course was difficult to dissociate the subject on the jail of the involving society, this should also rethink their values, to the modify: being humanized.

SUMÁRIO

TÍTULO	1
BANCA EXAMINADORA.....	2
AGRADECIMENTOS	3-4
DEDICATÓRIA	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTAS DE FOTOS/ GRÁFICOS/ TABELAS E FIGURAS	10
ABREVIATURAS	12
INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS / HIPÓTESES	17
LEVANTAMENTO DE DADOS	18
1 – BASES CONCEITUAIS	19
2 – A PRISÃO: Breve Histórico	28
2.1 – Histórico da Prisão no Brasil	33
2.2 – O Presídio Professor Aníbal Bruno	36
3 – POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM PE E NO ANÍBAL BRUNO	42
3.1 – População Carcerária em PE	42
3.2 – Perfil da População do Presídio Professor Aníbal Bruno	47
4 – CÁRCERES NOS CÁRCERES – Cenário das Territorialidades no Cotidiano do Presídio	56
4.1 – O Cotidiano Carcerário sob a Norma do Estado	56
4.2 – O Cotidiano Carcerário sob a Norma do Vivido	61
4.2.1 – A Triagem: “Entrando num Outro Planeta”	63
4.2.2 – A Luta pelo Espaço a Cella ou Célula da Produção da Vida	65
4.2.3 – O Convívio	71
4.3 – A Territorialidade Econômica: A Racionalidade do Externo no Interno do Presídio	79
4.3.1 – Territorialidade e Rede das Cantinas	79

4.3.2 – Territorialidade da Rede de Eletrodomésticos	85
4.4 – Os Territórios da Contraracionalidade	88
4.4.1 – Rede de Pequenos Favores	93
4.4.2 – A Rede de Trabalho	95
4.4.3 – Rede de Solidariedade na Espera e no Castigo	97
5 – A TERRITORIALIDADE DA RESSOCIALIZAÇÃO: A Dimensão Institucional ..	99
5.1 – Trabalho	100
5.2 – Educação	102
5.3 – Psico-Social	104
5.4 – Saúde	105
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109-110
GLOSSÁRIO	111

LISTAGENS

1-FOTOS

foto- 01 Estudando na cela	68
foto- 02/03 Preparando refeições / divisão dos alimentos	92

2-GRÁFICOS

gráfico- 01 Pop. carcerária segundo o regime da pena Brasil	44
gráfico-02 Pop. carcerária segundo o regime da pena Pernambuco	45
gráfico- 03 Presos por 100 mil hab./ PE	46
gráfico- 04 Domicílios dos presos segundo a RMR -PE	47
gráfico- 05 Domicílios dos presos segundo a sua origem- PE	49
gráfico- 06 Cidades da Região Metropolitana do Recife	50
gráfico- 07 Artigos	51
gráfico- 08 Bairros do Recife	53

TABELAS

tabela- 01 Pop. total no Brasil e em Pernambuco	42
tabela- 02 Pop. carcerária no Brasil e em Pernambuco	43
tabela- 03 Evolução da população carcerária no Aníbal Bruno	48

FIGURAS

figura- 01 Detentos entre o intervalo da 1ª refeição e a 1ª totalidade	72
figura- 02 Faxina no raio leste	73
figura- 03 Faxina no lado oeste	72
figura- 04 Localização dos detentos	74
figura- 05 Detentos nas celas para totalidade	75
figura- 06 Detentos no pavilhão	78
figura- 07 Detentos nas celas com visita	78

figura- 08 Rede de locadora de eletrodomésticos	86
figura- 09 Rede solidária das refeições	91
figura- 10 Rede de pequenos favores	94
figura- 11 Rede de trabalho- faxina e lavagem de roupas	96
figura- 12 Rede de solidariedade na triagem e no isolamento	98
figura- 13 Organograma	99

MAPA

mapa- 01 Localização do Presídio Prof. Aníbal Bruno no Recife	37
---	----

ABREVIATURAS

COHAB (Companhia de Habitação de Pernambuco)

SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

COTEL (Centro de Observação e Triagem Professor Etelvino Lins)

RMR (Região Metropolitana do Recife)

SERES (Secretaria Executiva de Ressocialização).

IML (Instituto de Medicina Legal)

ITB (Instituto Tavares Buril)

INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

INTRODUÇÃO

O olhar geográfico sobre a práxis dos detentos nos pavilhões do Presídio Aníbal Bruno, permite inicialmente algumas deduções sobre algumas categorias de análise vistas ao longo do texto como o espaço e o território.

Para Santos (1999, p.51): O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. “Dessa forma, entender, o espaço como criação humana, e, como tal, como tudo que é humano e apresenta contradições”.

Portanto, é como relação dialética, num primeiro momento entre sociedade e natureza, que por sua vez forja uma segunda natureza, o espaço geográfico. Para ele (1999, p.30) os objetos são criados para atender de início as necessidades fundamentais do homem, subtendendo-se espaço como local de produção de vida. No primeiro capítulo estão expostas as bases conceituais.

O objeto-presídio como local de encarceramento, de exclusão máxima, um espaço de privação da liberdade. Espaço de tempo normatizado e de vigilância no qual cada detento deve ocupar um local determinado na cela e no pavilhão. O segundo capítulo situa historicamente este objeto no mundo, no país e resgata o histórico do Aníbal Bruno.

Alguns dados estatísticos obtidos junto a Secretaria de Defesa Social (SDS), e uma amostra da população do Aníbal Bruno, através de 512 questionários ajudaram-nos a traçar um perfil aproximado da população da unidade, o que está exposto no terceiro capítulo. Assim, dos 512 entrevistados, 78,8% deles provém da Região Metropolitana do Recife, desse total, 47% apontam Recife como seu local de origem. Quanto ao tipo de delito, 39% (199

peessoas) praticaram o roubo, e 30%, isto é, 154 estão detidos por terem cometido homicídios. Com relação aos bairros da cidade: Água Fria (13,9%); Casa Amarela (11,5%); Ibura (10,9%) e o Coque com (9,7%) se sobressaem. Com exceção de Casa Amarela, todos os outros são locais de moradia de população de baixa renda. E, o Coque é um caso a parte, pois, ele em muitos aspectos se assemelha a um gueto encravado no centro da cidade.

O presídio: “espaço dado” a partir das ações dos detentos modifica-se, adapta-se, como consequência desta mesma ação, territorializa-se, o que é mostrado no quarto capítulo. Assim, os detentos de objetos transformam-se em atores ou sujeitos de sua própria história. Raffestan (1993, p.143) afirma-nos que o “território se forma a partir do espaço” este seria o “dado” enquanto o território seria o resultado de uma ação. Para ele a população se subdivide (1993, p.143) em atores sintagmáticos, “que realiza um programa”, isto é, quando ele atua e se apropria de um espaço concreta ou abstratamente, ou ele é apenas um ator paradigmático, sendo apenas um objeto ou um número estatístico para uma empresa ou instituição. São esses atores sintagmáticos que irão mudar os objetos e ações no interior das celas e pavilhões.

Esses territórios elaborados a partir das práticas espaciais dos detentos criam recortes, diferenças, limites, e, a cada territorialidade são desenhadas as redes, que para Raffestan (1993, p.156) seria “um sistema de linhas que desenham tramas”, ela, pode ser “abstrata ou concreta, invisível ou visível.” Uma rede se apresenta como um desenho do poder, uma comunicação (inclusão) ou não.

Assim, para Raffestan (1993, p. 183) o cotidiano “é a territorialidade cristalizada” ao discorrermos sobre as diferentes territorialidades mostradas através das redes, aprendemos a importância e o papel do espaço, pois ele será o suporte de todas as ações desenvolvidas pelos detentos.

Os detentos em suas práticas transformam suas necessidades básicas em recursos, que para Raffestan (1993, p.223) “É efetivamente o homem quem, por seu trabalho (energia informada), “inventa” as propriedades da matéria”, ele, o recurso (1993, p. 225) é resultado de um processo de produção “Um recurso é o produto de uma relação.” Assim, algumas necessidades como uma alimentação melhor, ou o uso de eletrodomésticos e até uma roupa lavada mobiliza os detentos e move toda uma engrenagem que tem por o uso da cela, pois, ela será o ponto de apoio para todas as travas do jogo do poder no interior do cárcere.

Para Raffestan (1993, p. 34) as relações podem dar-se de forma simétrica quando há o reconhecimento do outro (contraracionalidade) e dessimétricas quando não se reconhece (racionalidade), pode ser feita uma ponte entre Raffestan e Santos (1999, p. 241) que observa no mundo a existência de uma nacionalidade, pautada em objetos e ações rígidas que transformam o homem numa peça do mundo-máquina, e também de uma contraracionalidade (1999, p.246) localizados a margem do mundo técnico-científico-informacional, ou seja, é formado por objetos não hegemônicos, manipulados pelos pobres / excluídos, e, voltados para a solidariedade.

No Aníbal Bruno a rede das cantinas e a de eletrodomésticos são exemplos de racionalidades, enquanto ações voltadas para a alimentação, os pequenos favores, a rede de trabalho e a sensibilização para ajudar amigos na triagem e no castigo são exemplos de solidariedade por parte dos detentos.

No quinto capítulo é apresentada a dimensão institucional da ressocialização, apresentando os diferentes setores voltados para o atendimento dos presos. Quatro setores são analisados: o trabalho, a educação, o psico-social e a saúde, sendo observado o pessoal técnico envolvido, a função do setor e o efetivo da população da unidade alcançada pela respectiva ação.

As conclusões estão no sexto capítulo que de forma sucinta apresenta os resultados obtidos a partir da dissertação, procurando responder as hipóteses levantadas no projeto de pesquisa.

OBJETIVOS

1 – OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas dos detentos, os quais no seu cotidiano desenham redes e territorialidades próprias e que por sua vez desterritorializam os que dependem das ações oficiais.

2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar o cenário do Presídio.
- Investigar o cotidiano dos detentos nos pavilhões.
- Examinar os embates que deságuam em territorialidades específicas, tais como as voltadas para alimentação, pequeno comércio no interior da unidade e as redes de solidariedades, chamadas por Santos (1999, p. 246) contraracionalidades.
- Mapear as principais redes desenvolvidas pelos detentos no interior da unidade.

HIPÓTESES

- A super lotação num espaço de dimensões limitadas como o pavilhão de um presídio propicia que os presos estabeleçam estratégias para ter acesso ou direito a um pedaço do espaço.

- A ausência do Estado através do não cumprimento da Lei de Execução Penal no atendimento às necessidades básicas do detento, favorece o estabelecimento de estratégias para suprir a omissão do poder público, originando as territorialidades.
- Ao perder a liberdade e se inserir em um ambiente de espaço exíguo como o pavilhão, o homem como ser social procura se firmar. Em busca do espaço, pois ele será a garantia das condições mínimas de sobrevivência.

LEVANTAMENTO DE DADOS

Quinhentos e doze questionários obtiveram informações objetivando traçar um perfil dos detentos da unidade, entrevistas junto a detentos colhiam dados sobre a rotina vivenciada e uma caderneta de campo serviu de instrumento no qual eram anotados os principais eventos, e as situações cotidianas vividas no período estudado (2004 a 2006). Através dessas informações gráficos foram montados e a partir do referencial teórico geográfico a ação dos detentos foi codificada geograficamente, mostrando o quanto esta disciplina tem a contribuir edificando para uma mudança do cárcere e do cárcere na sociedade. Quebrando grilhões e preconceitos existentes no mundo jurídico / policial que vêem a prisão como sua praia, no entanto a geografia como ciência do homem adentra este espaço, pois onde há homem há geografia.

1– BASES CONCEITUAIS

É da relação dialética sociedade X natureza que o espaço natural, primeira natureza, é moldado em espaço geográfico: segunda natureza. Os primeiros capítulos da trajetória humana na Terra foram inscritos na total dependência em relação aos condicionantes naturais. No entanto, o homem interagiu com essas forças, manipulando-as, e dessa forma foi criando e forjando uma nova natureza: o espaço geográfico, extensão do próprio homem. Segundo Santos (1999, p. 32) é pelo estudo da técnica que a geografia poderá analisar os conteúdos, bem como os mecanismos estruturadores do espaço. Pois, a técnica, além de ser um meio na relação sociedade / espaço, já que ela se insere através das formas criadas, se espacializa, ordenando determinados usos, isto é, diferentes funcionalidades ou ações.

O geógrafo Fel Apud Santos (1999, p. 30) defende que “Objetos se instalam na superfície da Terra, fazem-nos para responder a necessidades materiais fundamentais dos homens: alimentar-se, residir, deslocar-se, rodear-se de objetos úteis”. Após atender às necessidades básicas da sociedade ocorre um desenvolvimento da mesma, que por sua vez cria novas demandas, que para serem atendidas fomentam novas técnicas e novas formas de produção do espaço. Que se apresenta cada vez mais complexo e contraditório como o próprio homem.

Para Santos (1999, p. 25) “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” Portanto, as técnicas possibilitam a produção da vida, isto é, do próprio espaço geográfico.

O desenvolvimento técnico-científico-informacional fomentado pelas relações capitalistas de produção universalizou as técnicas que embora não atinja todos os lugares, serve de modelo ou referência. As técnicas, descobertas no início, quase ao acaso, a partir da

Revolução Industrial apresenta um desenvolvimento exponencial, transformando a ciência em um setor autônomo e estratégico das empresas globais e dos Estados Unidos, país que manipula informação e conhecimento em estratégias de dominação e legitimação como potência mundial.

Esse processo de acentuada aceleração do desenvolvimento técnico, contribuiu para que George (1993, p.139), afirmasse que não há mais espaço natural sendo: “permitido considerar que a humanidade tomou conta do conjunto do planeta, aplicando à ocupação e a exploração do espaço terrestre às técnicas cada vez mais poderosas”. Afirma-nos (op.cit.: p.09), “a geografia, que antigamente foi à escola da pátria, se tornou hoje à luz do mundo.” Reforçando o papel da ciência geográfica, no século XIX, como instrumento que contribuiu de forma significativa para a formação de países como Alemanha e Itália, e atualmente, a geografia como “luz do mundo”, cabe a ela descortinar o entendimento deste mundo. Que se apresenta de forma complexa, apesar do discurso apregoado pelos setores hegemônicos da “globalização”, que tentam forjar uma homogeneidade ou unidade mundial.

O olhar e o discurso geográfico poderá contrapor o discurso racional / instrumentalista globalizante que tenta suprimir as diferenças, às resistências e identidades espaciais e à própria geografia.

Através da geografia pode-se estudar a complexidade do mundo atual, agora chamado “aldeia global”. Se antes a geografia descrevia a Terra, assevera-nos George (1993, p.09) “Atualmente, trata-se de o fazer compreender e de nos ajudar a viver nele no meio de conflitos e contradições” Sendo seu papel deslindar os significados e conteúdos explicativos da realidade.

Santos (1999, p. 51) “Considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações que formam o espaço”, frisando-nos que “O

espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Este conceito é o que melhor responde ao papel da geografia na atualidade, pois, o desenvolvimento técnico-científico-informacional permite a existência de um mundo global.

Por muito tempo a geografia ignorou a técnica, e como afirma Santos (1999, p. 45) “as técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto do trabalho, o tempo de circulação, o tempo da divisão do trabalho e o tempo da cooperação.” Dessa forma a técnica sintetiza ou condensa a relação espaço-tempo.

Objetivando entender o espaço geográfico em sua totalidade, iremos apresentar e analisar algumas de suas características. De início, pode-se afirmar que o objeto pode ser material ou não, pois, conforme Santos (1999, p. 99) “compreende tudo o que existe no mundo da concreção e no mundo da representação e do imaginário.”

O objeto apresenta características que o diferencia dos demais por isso o filósofo Masser Apud Milton Santos (1999, p. 54-55) considera que o objeto “tem essência porque possui uma certa e determinada natureza, pela qual se distingue de outros objetos. Desse modo falamos de tal coisa e sabemos que é diferente de tal outra.” Sustende-se, a partir do pensamento do autor que os objetos apresentam determinadas características que delimitam a sua função.

Os objetos são esses externos, instrumentos materiais da vida do homem e seu valor geográfico, afirma Santos (1999, p. 63) “Vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade formando uma extensão contínua e sistematicamente interligada, eles desempenham no processo social.”

Quanto às ações, aponta-nos Santos (1999, p. 64) “Um dos resultados da ação é pois, alterar, modificar a situação em que se insere.” A relação objetos / ações é dialética, pois segundo ele, a partir da ação ocorre... “uma modificação do meio ... afirmando também, que (1999, p. 64) ” um agente mudando alguma coisa, muda a si mesmo”.

Fundamentado no pensamento de Marx e Engels, assevera, que através do trabalho o homem age sobre a natureza, modificando-a, ao mesmo tempo em que “muda a si mesmo” O objeto geográfico a ser investigado em nossa pesquisa: o presídio, sofre uma ação dos detentos que através de sua práxis diárias de sobrevivência, estabelecem novos conteúdos no interior do cárcere.

Com base nas premissas acima exposta surge os seguintes questionamentos: Quem tem o poder de decidir? Quem são esses atores? Para Santos (1999, p. 65) “Um decididor é que pode escolher o que vai ser definido... capaz de escolher a ação”. Ao mesmo tempo ele apresenta os atores, como as empresas globais e instituições internacionais que têm um poder de ação mundial; os Estados-nações, de poder nacional; os organismos regionais e locais. Finalmente, ele chama à atenção do impacto da ação do homem, do seu próprio corpo, sofrendo a ação e agindo, segundo ele ”a corporeidade do homem é um instrumento de ação...” No presídio há detentos que não possuem recursos financeiros, pois, não recebem a visita de parentes e / ou amigos e, dormem no corredor. Pelo fato de encontrar-se há mais tempo encarcerado e pelo seu bom comportamento contribui para que seja respeitado pelos demais e de certa forma o seu corpo se territorializa, condensando poder.

Para Santos (1999, p. 82) os objetos em “sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos –uma ordem vertical- e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidos com outros objetos – uma ordem horizontal”

O presídio, objeto da instância jurídica, atende aos interesses econômicos, políticos e ideológicos da sociedade atual. Servindo como alternativa para o desemprego, ao mesmo tempo em que exclui e marginaliza os segmentos mais pobres da sociedade, “mostra” uma ação do Estado quanto à questão da segurança.

Finalmente, Santos vê e apresenta o espaço geográfico como sinônimo de forma-conteúdo (1999, p. 83) “o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador... desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação.” Numa unidade prisional, celas, pavilhões e outros espaços sofrem modificações, se adaptam, isto é, mudam de conteúdos para atender os interesses dos detentos.

Sobre o papel do espaço, Sá afirma (2005, p.18). “este mundo talvez não requeira o espaço, mas é forçado a encará-lo como resistência, campo de força de embate social, assim como este imprescindível aos seus investimentos em diversos setores.” O capital se aproveita das vantagens oferecidas pelas diferenças oferecidas pelo espaço. Pois, o capital lucra com as combinações diferenciadas de “sistemas de objetos e sistemas de ações” de cada lugar.

Para Sá, esses processos globais são moldados a partir do mundo do dinheiro e da razão instrumental e excludente, que segundo ele (2005, p. 20) “A maior indutora do individualismo, do egoísmo, do apego material insensibilidade que hoje apregoa grande parte da humanidade”

Sá, aponta que autores como Bauman, Santos e Wacquant (2005, p. 57) “têm sistematicamente mostrado... a criação de espaços cada vez mais anticívicos; espaços de muros visíveis e invisíveis a segregar pessoas de seu convívio coletivo tradutor de civilidade.” Individualismo, sociedade de consumo, indução de informação do consumidor e não do cidadão, valorização da cultura do ter em detrimento do ser ao lado de uma

sociedade que não tolera o outro (o diferente); formará uma sociedade anticivil, que desenhará um suporte espacial recortado, compartimentado, isto é, territorializado.

O território como categoria de análise será fundamentado a partir das idéias de Raffestan, que em “Por uma Geografia do Poder” (1993, p.10) assevera que o poder está “presente em cada relação, na curva de cada ação, insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” Todos os atos e ações humanas estão investidos de poder, que de forma sutil penetra em cada ato e gesto humano. Outra questão importante é que o poder estrutura e delimita o seu território via processo relacional.

A troca é o fundamento do processo relacional, e para Raffestan não deve ser visto apenas o lado funcional e sim o processual. Pois, as relações de poder tentam mascarar ou esconder como se realizam as ações, claro que objetivando manter determinada estrutura.

Frisa-nos Raffestan, que são elementos constitutivos da relação os atores com suas políticas e projetos montados em estratégias voltadas para determinados fins. Para ele (2005, p. 47) “os atores só agem no espaço e no tempo. Ali também há estruturações do espaço e do tempo a partir dos códigos à disposição” Subentende-se, que pelo espaço e tempo são suportes e trunfos do poder.

A análise das estratégias são reveladores das relações de poder, pois, para Raffestan (2005, p.42) ela “supõe o recurso a uma série de meios. Os meios ou mediatos, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos.” No jogo do poder os atores mobilizam os meios disponíveis objetivando atingir determinados fins.

Em sua obra, Raffestan, desmistifica poder, que não é associado exclusivamente ao Estado-nação, e baseado em Foucault (2005, p.54) aponta que ele é exercido a partir de inumeráveis pontos e vem de baixo. O poder se efetiva através da manipulação de energia e informação e citando Attali (2005, p. 43) considera energia “potencial que permite o

deslocamento e / ou a modificação da matéria e a informação é a forma ou a ordem que é detectada em toda matéria ou energia.” Para ele (2005, p.44) “o domínio de um território supõe a transmissão de informação” e que “A informação é constituída por mensagens” Portanto, o ator seja um indivíduo, grupo ou qualquer organização delimita seu território a partir de sinais.

Para ele (2005, p.58) ”O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” elencando como trunfos do poder: a população, o território e os recursos.

Raffestan nos mostra que (2005, p.58) “a população... está na origem de todo o poder... ela constitui o elemento dinâmico de onde procede à ação” A população além de trunfo do poder, através de sua prática espacial pode se transformar num agente estruturador de território. A partir das idéias de Grimas, Raffestan (1993, p.40) mostra-nos que a população se subdivide em ator paradigmático quando ela pode ser considerada um objeto, pois, ela surge “de uma classificação, de uma repartição, sem uma integração num processo programado”, daí ela emerge como ator sintagmático que “manifesta, com precisão, a idéia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo”.

É interessante observar que o Estado através da instituição-prisão recebe o detento como um ator paradigmático, em objeto a ser classificado, observado e vigiado. Mas, logo depois, este mesmo Estado se ausenta, abrindo lacunas que permitem e propicia a transformação do detento de ator paradigmático em ator sintagmático, um ator que através de sua prática estabelece territórios no interior do cárcere.

Assevera-nos Raffestan que (1993,p.143) “o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente... o ator territorializa o espaço.” Dessa forma, há uma diferença

entre espaço e território, espaço seria “o dado”, a matéria-prima, que se territorializa a partir da ação humana, pelo menos no contexto do presídio este conceito.

Segundo ele, (2005, p.144) “o território se apóia no espaço... é uma produção a partir do espaço” O presídio ilustra bem essa afirmativa, já que o mesmo é um espaço dado que a partir das práticas vivenciadas e estruturadas pelos detentos, criam recortes, diferenças, isto é, territorialidades. Que testemunham a luta pela vida no interior do presídio.

Essa trama vivenciada na efetivação do poder é denominada por Raffestan, sistema territorial, que para ele (1993, p.51) “constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para a outra, mas estão sempre presentes” grosso modo, é o desenho do jogo do poder com suas tessituras (limites), nós (pontos) e redes (fluxos) correspondentes a determinadas práticas territoriais. Uma rede para Raffestan (1993, p.156) seria “um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível” Uma rede pode significar uma comunicação ou não, podendo também significar uma territorialidade para determinado grupo e para outro a desterritorialização.

Os atores sintagmáticos ocupam pontos / nós do espaço e através de seus projetos montam estratégias, mobilizam recursos e territorializam suas ações. O espaço dessa forma é territorializado em benefício de um grupo, essas práticas vão reproduzindo no presídio as desigualdades existentes na sociedade envolvente.

As redes expressam uma situação de circulação e comunicação de um grupo e/ ou instituição ou até mesmo de um indivíduo na condição de ator sintagmático, para Raffestan (1993, p. 200) “estão presentes em todas as estratégias” Na circulação ocorre a transferência de bens e serviços, enquanto a comunicação é a transferência de informação, elas se completam.

Assevera Raffestan (1993, p. 202) "A circulação é a imagem do poder, mas o poder nem sempre quer se mostrar e, mesmo quando o faz, é sem o desejar o ideal do poder é ver sem ser visto".

Quanto à comunicação, Raffestan (1993, p.202) afirma "ela pode se dissimular. Neste caso, o poder pode controlar, vigiar, interceptar, praticamente sem ser visto" A circulação é quase sempre visível, enquanto a comunicação não.

Quanto à informação, Raffestan (1993, p. 44) afirma-nos que ela "é constituída por mensagens. Por transmitir uma mensagem, é necessário um instrumento ou um conjunto de instrumentos, que são os sinais" No processo de territorialização é criado em sistema sêmico, que expressam relações de troca (processo relacional) fundamentais no território, ou melhor, espaço vivido.

Frisa-nos Raffestan (1993, p. 209) "É conveniente, pois, decifrar as redes por meio de sua história e do território no qual estão instalados. As redes são não somente a exibição do poder, mas são feitas à imagem do poder." Dessa forma, entende-se, que a rede é um desenho do poder e como tal toda a sua trama deve ser estudada. Assim, é a partir do entendimento do jogo do poder, no exemplo desta pesquisa . Numa escala micro seja no território da cela, do pavilhão e do presídio, no cotidiano das pessoas que se encontram encarceradas.

Comungamos com o pensamento de Raffestan (1993, p. 268) de que "a geografia política não deve se desprender das coisas cotidianas suas, ao contrário, estar constantemente voltada para a produção do mundo, que nos imunda e nos submerge." A geografia é uma ciência que deve ter em sua preocupação o espaço da vida.

2 – A PRISÃO: BREVE HISTÓRICO

Qual o papel da prisão em um contexto social de globalização excludente? A prisão nada mais é que um objeto geográfico, uma técnica de confinamento e segregação dos que não se adaptaram as regras sociais, a prisão é uma técnica criada no início do capitalismo que foi redefinida pela globalização.

Comenta Foucault que a prisão surgiu em fins do século XVIII, substituindo o suplício, técnica na qual o suspeito era condenado, marcado pela tortura de vários tipos e exposto ao público. Na realidade, o público era conclamado a participar desse espetáculo de terror. Antes da institucionalização da prisão o suplício era uma técnica muito utilizada ao lado das galeras (trabalho forçado em navios), banimento e o açoite, além de outras práticas utilizadas pelo poder na Idade Média e início do capitalismo. Nessa Europa Medieval a morte era vista com naturalidade e a Igreja toda poderosa abençoava essas práticas. O suplício foi à marca que caracterizou o período anterior ao confinamento do condenado às prisões. O que é um suplício? Para Foucault (1987, p. 31) “O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade e o tempo de sofrimentos com a gravidade do crime a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas.”

Para Beccaria, filósofo iluminista italiano que viveu no século XVIII, um crítico ferrenho dos processos criminais e da tortura. As leis seriam (2001, p.22) ... “O instrumento das paixões da minoria, ou o produto do acaso e do momento e nunca a obra de um prudente observador da natureza humana, que tenha sabido dirigir todas as ações da sociedade com este único fim: todo o bem-estar possível para a maioria.”

As leis nada mais são que um instrumento de classe, de dominação, essa instância jurídica se materializa no espaço através dos aparelhos de execução das leis: quartéis, delegacias,

fóruns e presídios. Que são objetos de legitimação do poder. O desenvolvimento das relações capitalistas de produção entre os séculos XVIII e XIX, mudou a realidade de alguns países da Europa Ocidental, foi na França e na Inglaterra que se iniciou esse processo no qual as relações de trabalho de servidão foram substituídas pelo trabalho assalariado e o campo foi se modernizando. E como resultado a agricultura se transformou num setor ou ramo da indústria, expulsando milhares de camponeses do campo para a cidade. Politicamente também houve mudanças, por exemplo, as monarquias absolutistas foram substituídas pelo parlamentarismo, o rei dividia o poder com os parlamentares (os burgueses). Todos esses fatores contribuíram para o aumento das populações nas cidades. Pois, o capitalismo além de acumular riqueza nas cidades acumulou também pobreza e população, e é esta população pobre que se torna objeto de preocupação da elite, já que as aglomerações podem gerar motins, conflitos e rebeldia contra o patrimônio criado. Para Foucault, o panoptismo de Bentham, caiu como uma luva no sentido de controlar, adestrar, disciplinar as grandes massas populacionais preparando as populações para um comportamento submisso diante da empresa e da vida. O capitalismo montava seus objetos (as máquinas) que exigiam uma ação receptiva, um adestramento dos antigos camponeses em operários, eles não poderiam parar, para conversar. E o panoptismo vai atender ao capital manipulando comportamentos submissos. Greves, operações tartarugas e até a quebra de máquinas apontam a rebeldia e não aceitação ao todo como norma, regra mostrando a complexidade humana e a resistência ao totalitarismo que o sistema quer submeter. O panoptismo foi colocado em prática a partir das prisões, onde confinado o detento é sempre vigiado, observado. Ele tem uma rotina estabelecida: para Foucault (1987, p. 166) “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes de suas

três funções: trancar, privar da luz e esconder só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A luz e o olhar de um vigia, capta melhor que a sombra que finalmente protegia.”

Substituindo as masmorras a prisão traz uma visibilidade, os detentos têm agora o comportamento observado. Paralelamente ocorre uma produção voltada para análise desse comportamento através do trabalho elaborados por psicólogos e assistentes sociais. Produzindo um saber e um poder que é utilizado e manipulado pelo sistema. A prisão classifica, mostra o que estava escondido na masmorra. Na realidade o panoptismo funciona como máquina, despersonalizando o poder. Ele o poder não é mais uma pessoa (o rei), essa técnica de distribuição dos corpos das superfícies das luzes dos olhares possibilita que tanto o pessoal técnico como a família, amigos e visitas, controlem o detento, que produz uma sensação de ser sempre observado.

Essa observação se estende por todas as instituições: o hospital, a escola e a fábrica também elaboram e vivenciam o modelo panóptico produzindo um “cidadão” específico submetido ao sistema. O olhar panóptico permeia todas as instâncias do social, onde não só o presídio, mas a escola ou o hospital vigia, observa comportamentos.

Para Milton Santos o espaço geográfico é formado a partir de “Sistemas de objetos e sistemas de ações,” sendo extensão do próprio homem, possibilitando a reprodução da vida, ou melhor, o espaço da vida. Transformando em palco, de exercício de diferente territorialidade, desde os atores de ação internacionais aos de âmbito nacional e local. Não esquecendo a territorialidade do próprio indivíduo que de acordo com seu poder aquisitivo e inclinações, frequenta determinados lugares por ele territorializados. Este trabalho tem por escopo analisar as territorialidades e respectivos poderes estruturados e vivenciados no interior dos pavilhões do presídio Professor Aníbal Bruno. Onde os detentos se

transformaram de objetos delimitados e classificados pela instituição penal em um ator, que através de suas ações modificam celas, pavilhões e outros espaços no interior da unidade modificando formas-conteúdos, que se readaptam às práticas exercidas pelos internos que por sua vez estruturam territorialidades e relação de poder, expressas no cotidiano vivenciados no cárcere. Raffestan, em: *Por uma geografia de poder* (1993, p. 38), argumenta que... “o poder está presente, faz parte de todo processo relacional... Isto é, o poder se insere em todo tipo de relação.” Além do Estado-nação, Raffestan, observa outros poderes, que em nosso estudo será exercido pela população carcerária (1993, p. 19)... “Na realidade, do indivíduo às formas mais elaboradas de organização há toda uma escala de atores...”

A sociedade em diferentes momentos econômicos e sociais estabelece regras morais e comportamentais “ditas” e “tidas” como “normais”, e como tal se espera que todo indivíduo cumpra o papel pré-estabelecido. Quando o sistema capitalista começou a se estruturar nos séculos XVIII e XIX, a partir da Revolução Industrial tentava transformar a maior parte das pessoas em trabalhadores. E para tal foi criada toda uma concepção ética voltada para a valorização do trabalho, instituições foram criadas e outras readaptadas como esse objetivo. O modelo seguido foi monástico de controle minucioso do tempo não importando se a instituição seja uma escola, um quartel ou a própria fábrica, seguindo esse modelo que tem como meta adestrar, ou melhor disciplinar às pessoas. Para Foucault (2000), a partir da era clássica os interesses comerciais e mercantis da sociedade capitalista ávida por lucros, estende seus tentáculos em todas as instituições, controlando gestos, comportamentos e atitudes, afinal para a economia de mercado “tempo é dinheiro”. Portanto toda ação humana deveria ser produtiva e gerar lucro para acumulação do capital, que moldava as pessoas e o próprio espaço.

Raffestan faz uma representação do poder apontando como elemento característico: os atores com suas estratégias montados em funções dos seus objetivos; e os componentes espaciais, que seria o tabuleiro no qual se articula o jogo do poder “com seus nós, tessituras e redes estabelecidas para a circulação de energia e informação”.

A ausência do Estado no atendimento às condições mínimas de sobrevivência, a superlotação, e conseqüentemente, a ausência de espaço, são fatores que fomentam a estruturação de uma trama articulada pelos detentos em busca de condições mínimas de sobrevivência num meio ambiente hostil como o presídio. Nesse jogo, leva vantagem quem entra na unidade prisional com um maior poder aquisitivo, e que de posse de eletrodomésticos, principalmente, tvs, aparelhos de som, e ventiladores (normalmente mais de um); através do aluguel desses equipamentos aumenta seu poder aquisitivo, seu prestígio e poder junto aos demais detentos. Sem esquecer que as normas vivenciadas no interior dos pavilhões e celas estabelecem regras que beneficiam os mais velhos e as pessoas mais aquinhoadas, ao mesmo tempo em que discriminam os novatos. Num outro momento quem não possui nenhum recurso vende a sua força-de-trabalho, exercendo essas atividades em troca de almoço ou outros préstimos.

Os atores sintagmáticos forjam estratégias, que para Raffestan (1993, p. 42) “É o resultado de um plano, de um projeto ou programa que contém entre outras finalidades... Mas a estratégia supõe o recurso a uma série de meios” Para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismo. No jogo do poder os atores traçam metas utilizando determinados objetos, manipulando meios e mecanismos de dominação, pretendendo comandar espaço e população: o território.

A ausência do Estado concorre para que estabeleçam múltiplas relações que vão da busca de um espaço para dormir, que pode ser na cela, no corredor ou no hall de entrada do

pavilhão; O preparo das refeições para fugir da que é oferecida pela unidade (a bóia). É válido ressaltar que o não direito a cama (o barraco), significa uma série de dificuldades a serem enfrentadas pelos detentos ao longo da semana, principalmente nos dias de visitas. Não ter a cama, implica em dificuldade no acesso ao banheiro, no fogão e até um lugar para descansar no corredor. Portanto a realidade vivenciada no presídio Professor Aníbal Bruno transformam o espaço, a alimentação e outras necessidades básicas em matéria ou objeto importante a ser manipulado, isto é, em valor de troca ou mercadoria.

2.1 – Histórico da Prisão no Brasil

É a partir da obra do Adeildo Nunes: *A Realidade das Prisões Brasileiras*, que será resgatada a história da prisão no Brasil. Assinala o autor (2005, p. 39) que quando Portugal ocupou e começou a colonizar o país não pôde impor suas normas jurídicas, pois, “a colônia disposta em retalhos (as chamadas Capitânicas Hereditárias), cujas autoridades governantes detinham o poder de impor, estabelecer regras e punir”

Baseado no Regime Jurídico de Portugal, o Direito Penal adotado no Brasil colônia, salienta Nunes (2005, p. 39) “buscava oprimir (de maneira extremamente cruel e violenta) o cometimento de crimes. Assim foram legalizadas as punições maldosas contra os delinqüentes, principalmente a pena de morte. A prisão também já existia nessa época, porém, com caráter provisório-preventivo”

Ressalta o autor (2005, p. 40) “que em 1551 já havia notícias da existência de uma prisão no Brasil, exatamente em Salvador, onde se instalou a sede do Governo-Geral do Brasil”

Na época “Estas prisões serviam para custodiar desordeiros, escravos fugitivos e acusados à espera de julgamento. Não eram cercadas por muros e os presos mantinham contato com as

pessoas que transitavam em suas proximidades, e através das grades recebiam alimentos, roupas e informações do que estava acontecendo fora da prisão” Desde sua origem o Estado era pouco presente da prisão, permitindo as relações fora - dentro.

Mostra-nos o autor (2005, p. 40) que na cidade do Rio de Janeiro em 1808 o antigo cárcere eclesiástico foi cedido pela Igreja para servir de prisão. Confirmando a Igreja como modelo para a prisão, com suas celas e controle de horário e sua disciplina monástica.

A prisão é considerada uma pena a partir de 1830 quando é promulgado o Código Criminal do Império. Segundo Nunes (2005, p. 42) “Foi, pois, com o advento do Código Criminal do Império, que se reconheceu a prisão como forma de punir, pela primeira vez no Brasil.” A pena-prisão aparecia ao lado das seguintes penas: morte; galés (correntes aos pés); banimento (deixar o país); degredo (morar em outro local por tempo determinado); desterro (sair das cercanias do local do crime, de sua residência e da residência do ofendido); multa, suspensão e perda do emprego e açoites. Esta última só abolida em 1836, oficialmente, já que permanece até hoje. O Código Criminal do Império segundo Nunes (2005, p. 86) reduziu e muito o número de delitos punidos com morte, que caiu de setenta para três casos: insurreição de escravos, homicídio com agravante e latrocínio.

O Código Criminal do Império foi elaborado num momento de forte efervescência no campo filosófico onde se discutia a questão dos direitos e do papel das prisões. Segundo o autor (2005, p. 40), pensadores que lutaram pela humanização dos presídios teriam influenciado a elaboração de seu texto, Beccaria, John Haward e Jeremy Bentham com suas obras serviram de inspiração. Beccaria em 1764 lançou dos delitos e das penas que combatia a tortura, defendia a agilização dos processos, a moderação das penas, e para ele, a prisão não deveria ser um ato de violência; John Haward publica em 1777 O Estado das Prisões e Galés, apregoando a humanização das prisões e vê como importante a religião no

processo de regeneração e Jeremy Bentham em 1819 publica a “Teoria das Penas e das Recompensas,” defendendo que nos presídios haja uma separação por sexos, melhor alimentação, maior higiene, ofereçam saúde e educação e elaborou e projetou a forma panóptica, onde as celas são dispostas em forma de raios interligados por um círculo central para controle e vigilância. Só este último, o modelo panóptico, foi posto em prática, as outras considerações dos autores citados que serviram de inspiração até hoje precisam ser postas em prática.

No entanto, foi com a Constituição de 1891 (2005, p. 86) que se aboliu “definitivamente, a possibilidade de induzir no Brasil a pena de morte”

Durante o período da Ditadura Vargas em 1937 ,mais uma vez, a pena de morte foi legalizada, mas volta a ser proibida na Constituição de 1946 que também coibia os atos cruéis. Na época do Regime Militar a partir de 1964, se estabeleceu através da Emenda Constitucional nº 01, em 1969 (2005, p. 87) “o retorno da pena de morte e da prisão perpétua, mas não houve necessidade de sua aplicação, já que as mortes em presídios e nas ruas eram realizadas à luz do dia, pelas forças militares que governavam o país.”

Em 1984, momento de distensão e abertura política do país foi realizada uma reforma no Código Penal, instituindo as penas alternativas, que representou um avanço do ponto de vista jurídico. Só que a sua aplicação não foi rápida, pois, encontrou resistência dos juízes, acostumados com a pena-prisão.

Em 1998 ele começa a ser implantado (idem, p. 90)... “com a criação das Varas da Execução das Penas Alternativas nos Estados... possibilitando uma rígida fiscalização do Poder Judiciário no cumprimento da pena restritiva de direitos.” Para desfrutar desse direito a sentença deve ser de um período igual ou inferior a quatro anos, não ter ocorrido violência e o infrator possuir bons antecedentes criminais. As penas alternativas apresentam

uma série de vantagens, pois, além de diminuir a superlotação nos presídios, sai mais barato do que manter alguém na prisão, além disso o índice de reincidência é baixíssimo comparado com os egressos do cárcere.

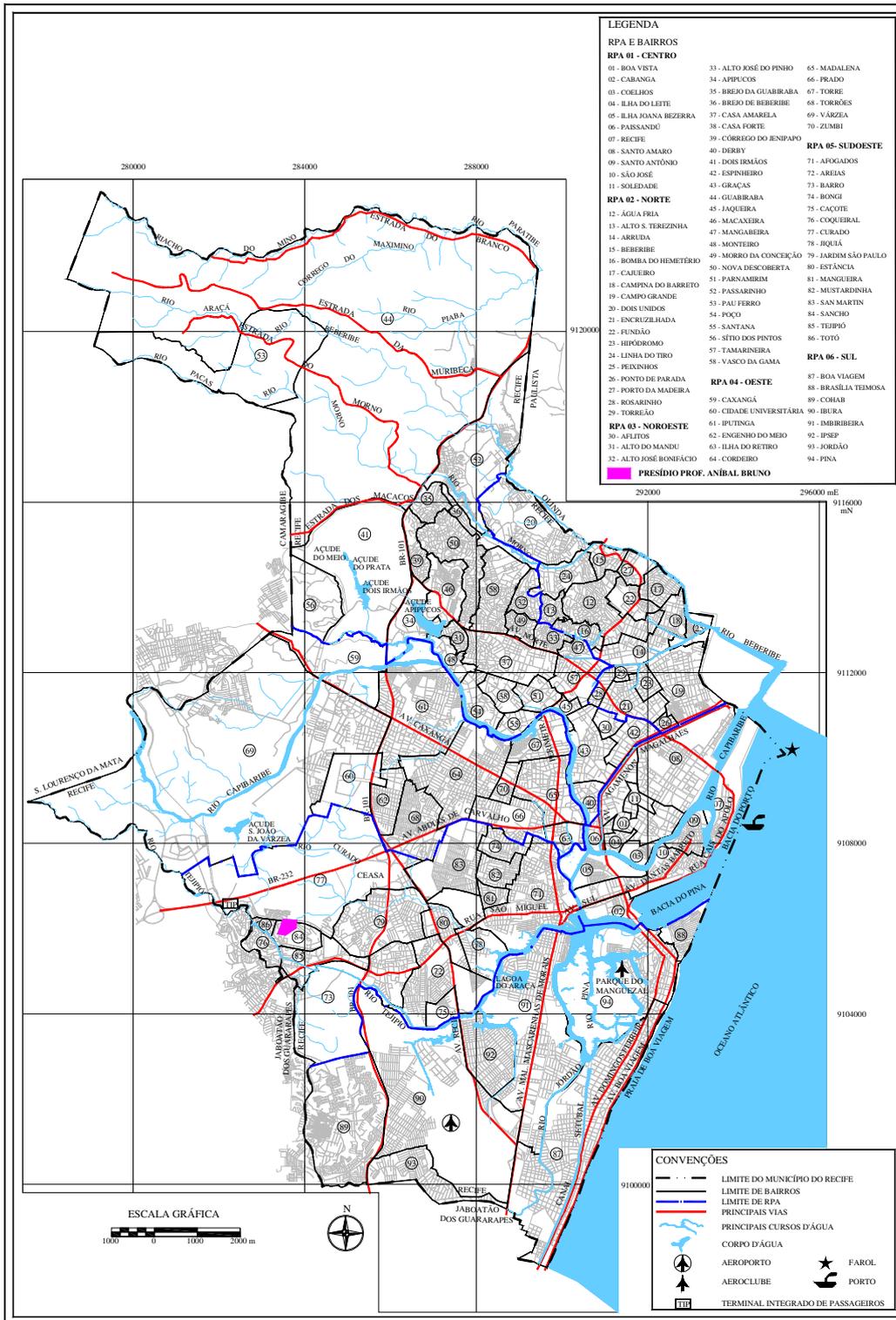
Entre os séculos XVIII e XIX a pena-prisão foi o modelo defendido e adotado pela Europa e Estados Unidos, e, logo depois se expandindo por todos os continentes. Hoje, pela situação crítica dos presídios brasileiros a pena alternativa poderia ajudar a resolver pelo menos dois problemas: de um lado iria diminuir a superlotação ao mesmo tempo em que apresenta um alto índice de recuperação de quem cometeu um pequeno delito, que, no caso, não precisaria passar pela experiência do cárcere.

Ao se estudar a história das prisões no Brasil, observa-se, que há uma distância muito grande entre o institucional (a Lei) e o seu cumprimento (o vivido). O próprio Nunes ao mostrar o avanço contido principalmente no Código Penal de 1890, também comentou um trabalho de Pereira (2005, p. 92) “mostrando que no início do século XX , o regulamento da Casa de Correição do Rio de Janeiro contemplava, entre outras sanções disciplinares, a “restrição alimentar”, a “imposição de ferros” e a “reclusão celular”.

2.2 – O Presídio Professor Aníbal Bruno

O Presídio Professor Aníbal Bruno, localizado no bairro do Curado, zona oeste da cidade do Recife (vide mapa 01), inaugurado em 06 de março de 1979 segundo matéria do Diário de Pernambuco. Só entrou em funcionamento no dia 17 de dezembro desse mesmo ano. Data na qual 164 detentos foram transferidos do antigo Presídio Mourão Filho (localizado em Dois Unidos), duas novas unidades prisionais.

Mapa 01 – Localização do Presídio Prof. Aníbal Bruno no Recife



Fonte: PCR/SEPLAN. Atlas Ambiental. 1997.

O Professor Aníbal Bruno, jurista e médico, foi à personalidade escolhida para dar nome ao novo presídio, teve sua existência pautada em valores humanísticos. Filho de Palmares, cidade situada na mata sul do Estado de Pernambuco, nasceu em 06 de outubro de 1889, aos 16 anos concluiu ciências e letras no Ginásio Pernambucano. E, aos 23 anos concluiu o curso de direito na Faculdade de Direito do Recife. Aos 31 anos ingressa na primeira turma de medicina de Pernambuco, concluindo o curso em 1925. Após 08 anos do exercício da medicina, abandona esse ofício para abraçar de vez a sua paixão: o magistério. Lecionando na Faculdade de Direito e na de Medicina.

Caracterizado como área de segurança, o presídio terá seu cenário exposto sem o uso da planta observando-se as diferentes transformações ocorridas desde a sua inauguração.

Uma arquitetura voltada para um atendimento mais individualizado e personalizado, objetivando fazer a prisão cumprir a sua missão: ressocializar esta sob a sua custódia. Dessa forma, oito pavilhões serviram de acolhida: os pavilhões A e B contavam com celas coletivas com capacidade para abrigar quatro pessoas, hoje “acolhe” 25 a 30 pessoas; os pavilhões C e D atenderiam aos mais jovens com idade entre 18 e 20 anos, e, os que cometiam delitos federais; os pavilhões E e F realizaria um atendimento individual, abrigando os detentos perigosos, e, os pavilhões G e H funcionavam como centro de classificação e triagem.

Desde março de 2000 assumiu como diretor-executivo da unidade prisional o Coronel Evandro Carvalho de Moura e Silva, que em entrevista afirma que: “deveria haver mais investimento do governo”, por isso, segundo ele, ocorre a “superlotação”, ao mesmo tempo, que, “inviabiliza uma boa administração”.

Não deve ser fácil administrar um presídio com capacidade para atender 1440, mas, que desde maio de 2004, apresenta uma população média superior a 3.800. A sua gestão não enfrentou motins e rebeliões tão comuns em outras unidades prisionais do território nacional, algumas delas com uma população aproximada de até dois pavilhões do Aníbal Bruno.

É claro que há problemas na unidade (o que será analisado no capítulo específico das territorialidades montadas pelos detentos no interior do presídio), mas a visão humanística do Coronel Evandro contribui para que de certa forma ele conseguisse administrar o presídio.

Algumas ações desenvolvidas pela unidade, muitas vezes em parceria com outras instituições, mesmo de alcance limitado, conseguem distensionar o detento, pelo menos aquele alcançado por essa ação. Essas ações deveriam servir de modelo para uma política mais efetiva por parte do Estado no interior da unidade, alcançando todos os detentos. Sem esquecer que, apesar da superlotação, as mesmas permitiram que há mais de seis anos não tenha enfrentado nenhuma rebelião. Pode-se elencar as seguintes: a) educação, que em março de 2000 atendia uma média de 150 alunos, hoje atende aproximadamente 500, sendo oferecido desde a alfabetização ao ensino médio e cursos de línguas como espanhol e inglês; b) Abertura para todos os credos religiosos, pois os trabalhos realizados por católicos, evangélicos e espíritas ajudam no trabalho de ressocialização; c) A atividade Desportiva, como a Box, no início recebeu muita crítica da mídia mas, está provado que ele torna os seus adeptos mais disciplinados; d) Os eventos sociais realizados na unidade, como: dia das mães e festas Natalinas, segundo o diretor “fortalecem os laços familiares”; e) A Laborterapia, é o setor responsável pelo trabalho dos detentos, vêm realizando outros junto com instituições como o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

alguns como os voltados cursos para a formação de garçons, agente de saúde, atendente de lanchonete entre outros.

Com uma área total de 104.000 m² e com uma área construída de 14.000 m², esse espaço de arquitetura panóptica é guardado e vigiado por onze guaritas. Os policiais militares são responsáveis pelas guaritas e pelo pavilhão da disciplina (R), que além de funcionar como castigo dispõe de um espaço de posição privilegiada que serve para vigiar a circulação dos detentos dos pavilhões A, B, C, D, E, e F.

A superlotação é responsável por mudanças ocorridas na arquitetura da unidade já que áreas criadas para atividades de apoio à ressocialização, transformaram-se em pavilhões para abrigar o excesso de população. Algumas áreas destinadas a atender algumas atividades essenciais a ressocialização se readaptaram transformando-se em pavilhões.

No pavilhão R onde funcionava a laborterapia se transformou em um dos castigos, ou disciplina, onde funcionava a lavanderia abriga o pavilhão P, os pavilhões G e H acolhiam os novatos (triagem). Enquanto o módulo para encontros conjugais se transformou no Centro Técnico-Administrativo, comportando a gerência administrativa, o setor de segurança, o de laborterapia e o psico-social. A direção se deslocou do pavilhão L para a entrada do presídio.

Desde 2004 o presídio vem passando por uma reforma em suas instalações, sendo construída um complexo de salas na entrada do presídio, voltadas para audiências com juízes e advogados. Um grande muro em estilo “medieval” separa esse setor do presídio, propriamente dito. Uma passarela foi construída entre as guaritas facilitando a ação policial. Dois grandes galpões foram construídos para atender a laborterapia, voltados para abrigar e desenvolver atividades produtivas e cursos profissionalizantes voltados para atender a principal função do presídio: ressocializar.

Ao lado das construções oficiais os detentos que dispõem de melhores condições financeiras realizam pequenas obras no interior da unidade. Algumas dessas obras transformaram-se em pavilhões como o localizado na área da bomba d'água, hoje chamado pavilhão "S". Entre os pavilhões G e H pequenas celas foram construídas e, entre os pavilhões H e J surgiu a "vila verde". A mídia criticou bastante essas iniciativas, porém, esqueceram que elas além de construir um capital fixo para a unidade, diminuem um pouco a pressão populacional nos pavilhões ao abrigar dois detentos por cela.

Outra mudança importante ocorrida no interior da unidade deve-se a interferência da administração junto com a iniciativa privada que teve impacto direto nos processos produtivos desenvolvidos pelos detentos, ao construir centrais de abastecimentos. Esse processo iniciou-se em 2004 com a central de gás de cozinha, e, logo depois foram criadas as de água mineral, a de refrigerante e a de mantimentos.

O Presídio Prof^o Aníbal Bruno sofre o impacto das ações oficiais e não oficiais e, por sua grande população, dadas a fragilidade nas políticas do Estado o mesmo se torna um espaço atrativo para empresas ávidas por lucro.

3 – POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM PERNAMBUCO E NO ANÍBAL BRUNO

Este capítulo tem por objetivo deslindar o perfil dos encarcerados em Pernambuco e do Presídio Prof.º Aníbal Bruno. Gráficos e tabelas irão servir de esteio, informando-nos: De onde eles vêm? Quantos são? Qual o regime de pena? Questões que serão respondidas a partir da análise dos dados.

3.1 - População Carcerária em Pernambuco

Inicialmente serão apresentados os dados gerais da população brasileira e de Pernambuco, o total de suas populações e as variações ocorridas na última década (anos 90).

TABELA 01

População Total no Brasil e em PE

Lugar / Ano	1991	2000
Brasil	145.825.475	169.590.693
<i>Pernambuco</i>	7.127.855	7.918.344

Fonte: Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES)

Os números expostos na tabela mostram uma variação da população brasileira em 15,5% nos nove anos, o que representa uma taxa de crescimento de 1,61% ao ano. Em Pernambuco a variação foi de 11,1%, perfazendo 1,18% ao ano, um crescimento menor que o registrado no país. Pernambuco ao longo de sua história tem se mostrado um estado que favorece a emigração para outras regiões, as secas no agreste e semi-árido, a monocultura

da cana e o acanhado parque industrial da região metropolitana do Recife, são fatores que explicam a expulsão dos pernambucanos para outros Estados.

Após a exposição das populações absolutas do Brasil e de Pernambuco serão apresentados em números absolutos os totais da população carcerária.

TABELA 02

População carcerária no Brasil e em Pernambuco

Lugar / Ano	1999	2004
Brasil	194.074	328.776*
<i>Pernambuco</i>	7.533	14.444**

Fonte: Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES)

* dados de junho / 2004

** dados de abril / 2005

Conforme depreende-se da tabela acima, podemos observar que no Brasil houve um aumento em 5 anos de 69,4%, o que significa em acréscimo de 134.072 pessoas.

Enquanto no estado de Pernambuco a variação em 5 anos foi de 91,7%, o que representou um acréscimo de 6.911 pessoas que foram encarceradas. Os dados mostram que cada vez mais, o cárcere, tem sido a política adotada pelo Estado brasileiro como alternativa à política de inclusão social, já que houve um crescimento exponencial da população carcerária no Brasil e no estado de Pernambuco.

Quanto a situação jurídica das pessoas detidas no país e no estado, as mesmas estão a quatro situações: Provisórios, os que estão aguardando o seu julgamento; fechado, quando a sentença determina que cumpram a sua pena em penitenciária de segurança máxima; o

semi-aberto, é um regime no qual o apenado em colônia agrícola ou industrial pode sair para trabalhar ou estudar e voltar à noite e a medida de segurança, que funcionam nos hospitais de custódia e que acolhem os portadores de doenças mentais. Os dois gráficos abaixo mostram a população carcerária segundo o regime da pena no Brasil e em Pernambuco.

GRÁFICO – 01

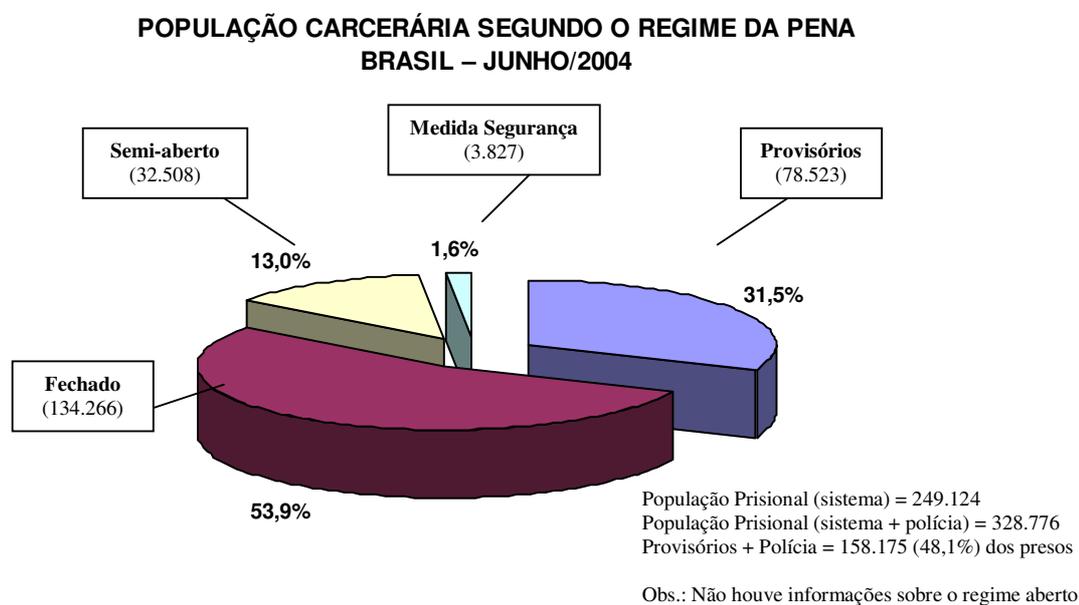
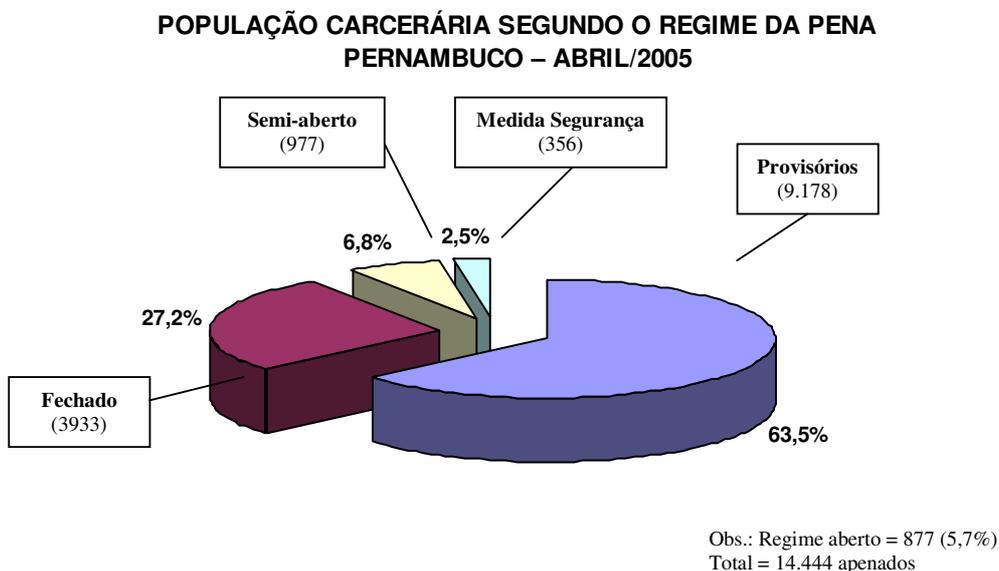


GRÁFICO - 02



Fonte: Secretaria Executiva de Ressocialização

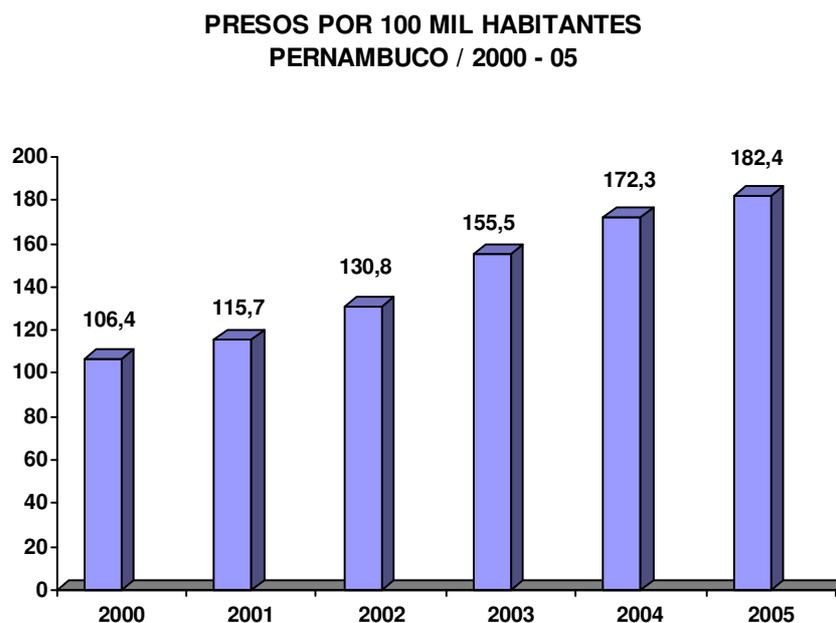
Os gráficos expostos mostram que enquanto no Brasil há 78.523 presos em regime provisório, o que representa 31,5% do total, em Pernambuco a situação é bem mais crítica, pois, dos 14.444 apenados, 9178 encontram-se nesse regime aguardando julgamento, o que representa 63,6% do total. Com relação ao regime fechado (os sentenciados) no Brasil 53,9% vivenciam esta situação, com percentual bem maior que o registrado em Pernambuco, pois, só 27,2% desfrutam desse direito.

Já no regime semi-aberto o diferencial se mantém, pois, enquanto no Brasil 13% encontram-se neste regime em Pernambuco apenas 6,8% se beneficiam dele. A situação se inverte quanto aos que se encontram sob medida de segurança, pois enquanto Pernambuco apresenta 2,5% o Brasil apresenta 1,6% dos seus totais gozando deste direito, só após avaliação psiquiátrica o detento pode cumprir a sua sentença nos hospitais de custódias.

* Provisório *Fechado *Semi-aberto *Medida de Segurança

O próximo gráfico apresenta numa seqüência temporal de 06 anos uma correlação de número de presos por 100 mil habitantes:

GRÁFICO - 03



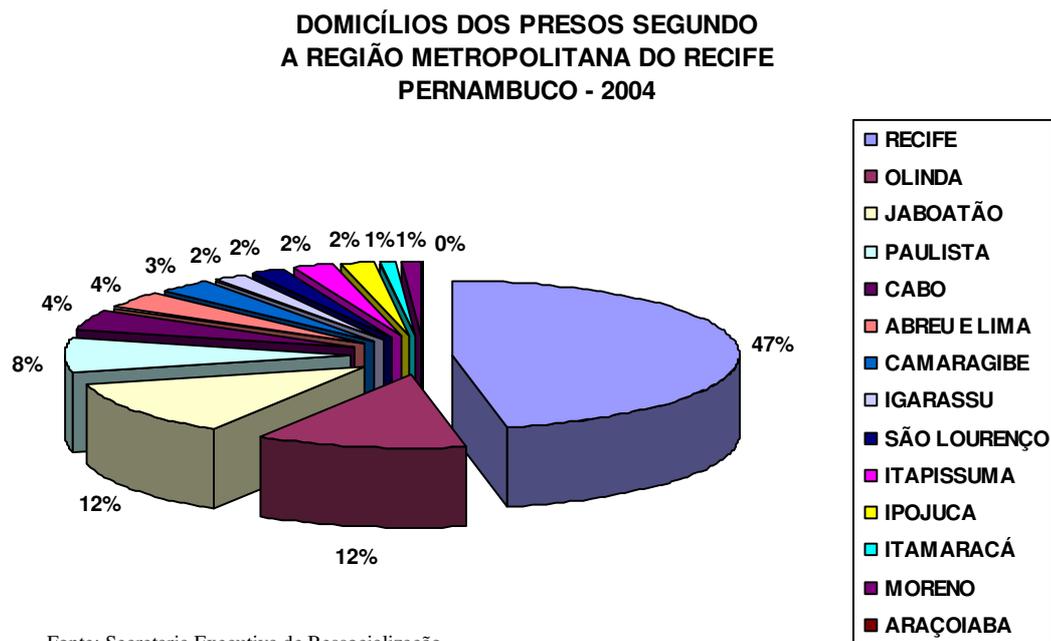
Brasil – jun/04
(193,9 presos/100 mil hab)

Fonte: Secretaria Executiva de Ressocialização

Os dados revelam um crescimento acentuado da população carcerária, e que na proporção de presos por 100 mil habitantes confirma dados já mostrados que apontam um aumento significativo da população encarcerada. Enquanto em 2000 havia 106,4 hab., houve um salto para 182,4 presos por 100 mil habitantes em 2005. Houve um aumento expressivo entre os anos de 2002 – 2003, quando esse número passou de 130,8 para 155,5. E, no último ano da pesquisa entre 2004 – 2005, houve um acréscimo de mais de 10 presos por 100 mil, num curto período de apenas quatro meses.

O próximo gráfico apresenta a localização dos presos quanto o seu local de moradia nas cidades da Região Metropolitana do Recife:

GRÁFICO - 04



Com relação aos domicílios dos presos oriundos da Região Metropolitana do Recife, a cidade de Recife ocupa a 1ª colocação com 47% do total, em segundo lugar duas cidades ocupam essa posição: Olinda e Jaboatão dos Guararapes, com 12% do total.

3.2 – Perfil da População do Presídio Prof^o Aníbal Bruno

Neste item serão apresentados e analisados tabelas e gráficos obtidos a partir de 512 questionários aplicados junto aos detentos da unidade, o que equivale a um percentual de 13% da população da unidade em 2005, período de aplicação dos questionários (fevereiro,

março e abril / 2005). Informações como evolução da população da referida unidade, local de moradia e artigo contidas nas respostas ajudam-nos a traçar uma representação aproximada da população em foco.

A tabela apresenta uma seqüência temporal da população da unidade no período entre os anos de 2000 a 2005.

TABELA – 03 Evolução da população carcerária no Aníbal Bruno

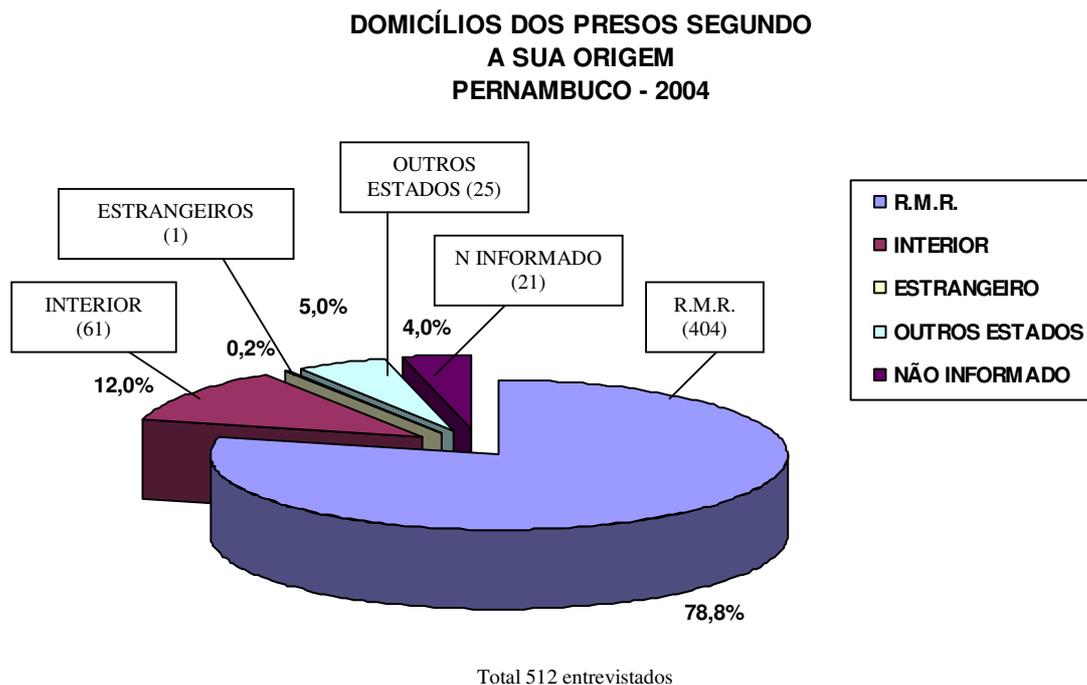
ANO	TOTAL	ACRÉSCIMO	
		ABS.	%
2000	2857	-	-
2001	3122	265	9,3
2002	3322	200	6,4
2003	3578	256	7,7
2004	3807	229	6,4
2005*	3933	126	3,3
Fonte: SERES			
* Dados de abril / 2005			

De início esta série mostra-nos os acréscimos, isto é, o aumento constante da população ao longo desses cinco anos. Foi entre os anos de 2000 a 2001 que o crescimento populacional teve o aumento maior em termos absolutos, com um acréscimo de 265 pessoas, o que representa um percentual de 9,3%. Entre 2002 e 2003 houve também um crescimento significativo da população da unidade, quando houve um aumento de 256 pessoas, um crescimento percentual de 7,7%.

A partir de 2003 o crescimento é um pouco menor que nos anos anteriores. Neste ano foi inaugurados o Centro de Observação e Triagem Professor Etelvino Lins (COTEL) e o Presídio de Igarassu, que ajudaram a conter o aumento populacional no Aníbal Bruno. Unidade que foi criada com capacidade para abrigar de início 420 pessoas, e depois redimensionada pelo uso de espaços que eram voltados para outras atividades (lavanderia,

barbearia) e que se transformaram em pavilhões, permitindo que a unidade amplie sua capacidade para 1444 pessoas.

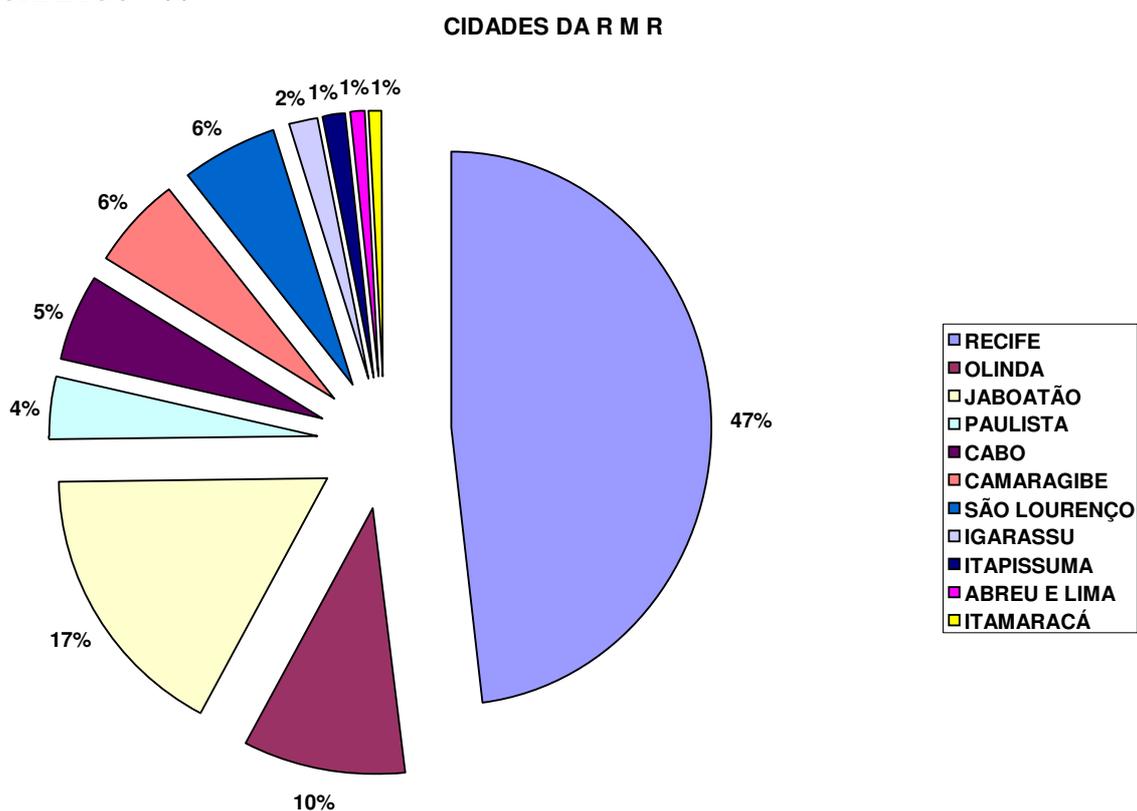
GRÁFICO - 05



Quanto aos locais de moradia dos entrevistados, isto é, 512 na unidade, 404 deles provém da Região Metropolitana do Recife, o que representa 79% do total. Os que vêm do interior do estado responde com 12%, isto é, 61 pessoas, enquanto os provenientes de outros estados são 25, os de endereço não informado totalizam 21 pessoas, perfazendo respectivamente 5% e 4% dos totais. O pessoal de endereço não informado são os que perderam os laços com a família, os estrangeiros representam um percentual ínfimo, bem abaixo de 1%, geralmente estão ligados ao narcotráfico internacional.

O gráfico a seguir representa-nos quanto à localização nas cidades da Região Metropolitana do Recife:

GRÁFICO - 06

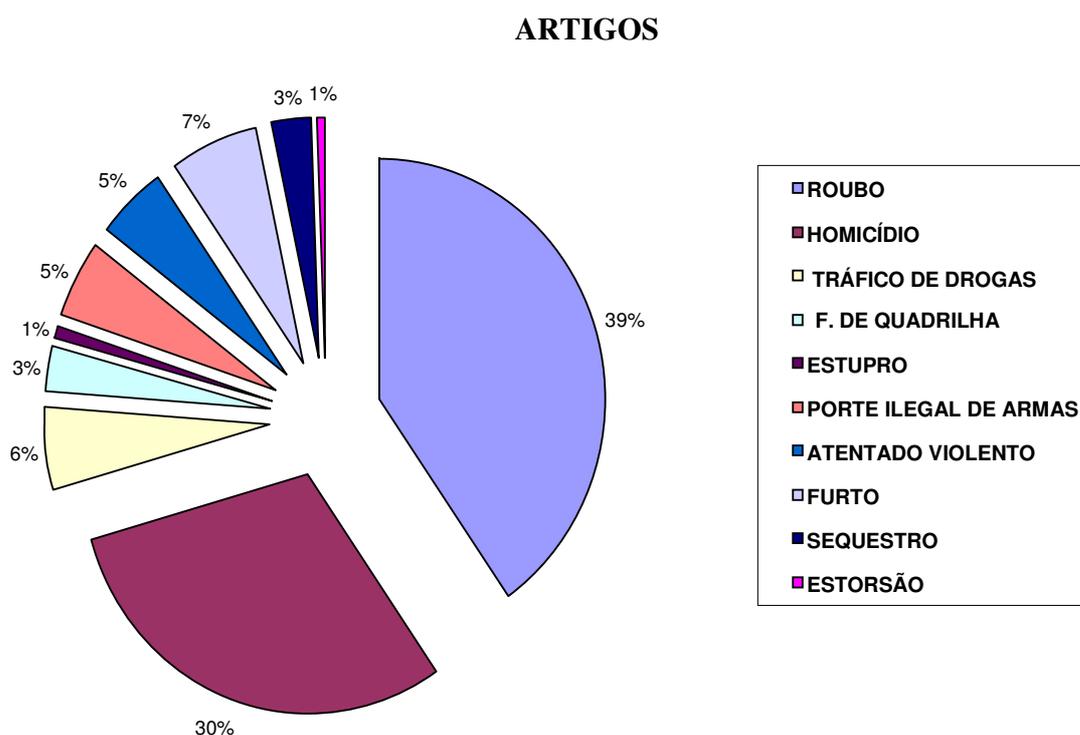


Dos 79% dos presos da RMR, de um universo de 404 detentos. Pode-se correlacionar tamanho populacional da cidade e encarceramento, Recife com aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, apresenta maior percentual 47%, o que representa 190 pessoas. Jaboatão dos Guararapes, com aproximadamente 600 mil habitantes, ocupa o segundo lugar em número de pessoas com 17%, e Olinda ocupa o terceiro posto com 10% dos totais, isto é, 40 pessoas. Camaragibe e São Lourenço apresentam o mesmo percentual 6%, o que representa 24 pessoas. E o município do Cabo de Santo Agostinho ocupa o quinto lugar do

ranking do encarceramento com 5% do total das 512 as pessoas entrevistadas procediam desta cidade. Paulista ocupa a sexta colocação com 4%, 17 pessoas e Igarassu com 9 pessoas, isto é, 2% do total, três municípios respondem cada um com 1%, são eles Itapissuma, Abreu e Lima e Itamaracá. Recife destaca-se com o percentual de 47% na Região Metropolitana e como tal merece uma análise à parte, pois é de seus bairros que provém a maior parte da população da unidade.

O próximo gráfico apresenta os tipos de crime mais comuns cometidos pelo universo pesquisado:

GRÁFICO - 07



Quanto aos artigos o roubo significa subtrair coisa alheia de forma violenta, responde com 39%, ou seja, 199 pessoas das entrevistadas cometeram tal delito, a reclusão é de quatro a dez anos, segundo o artigo 157 do Código Penal.

O homicídio ocupa o segundo lugar entre os tipos de crime com 30% dos totais, isto é, 154 pessoas respondem por este delito no qual a pena máxima é de 30 anos.

As modalidades de crimes: assaltos e homicídios, respondem juntos por 69% da população que se encontra encarcerada. São esses tipos de delitos que superlotam os presídios. Encontram-se detidos por terem cometido furtos (art. 155) que envolve a subtração da coisa alheia sem o uso de violência (uso de armas) 7% dos entrevistados, a reclusão máxima para esse tipo de delito é de 8 anos.

O tráfico de drogas (art. 12) responde com 6%, isto é, 31 pessoas das 512 entrevistadas que foram detidas cometendo tal crime, ocupa a terceira posição. São nas áreas pobres da cidade, principalmente nas favelas que se instalam as bocas-de-fumo que abastecem o consumo de drogas entre ricos e pobres. O trabalho no tráfico funciona como alternativa ao desemprego. E a maior parte dos homicídios nas periferias da Região Metropolitana do Recife, correlaciona-se a dívidas com o tráfico. A reclusão é de 3 a 15 anos.

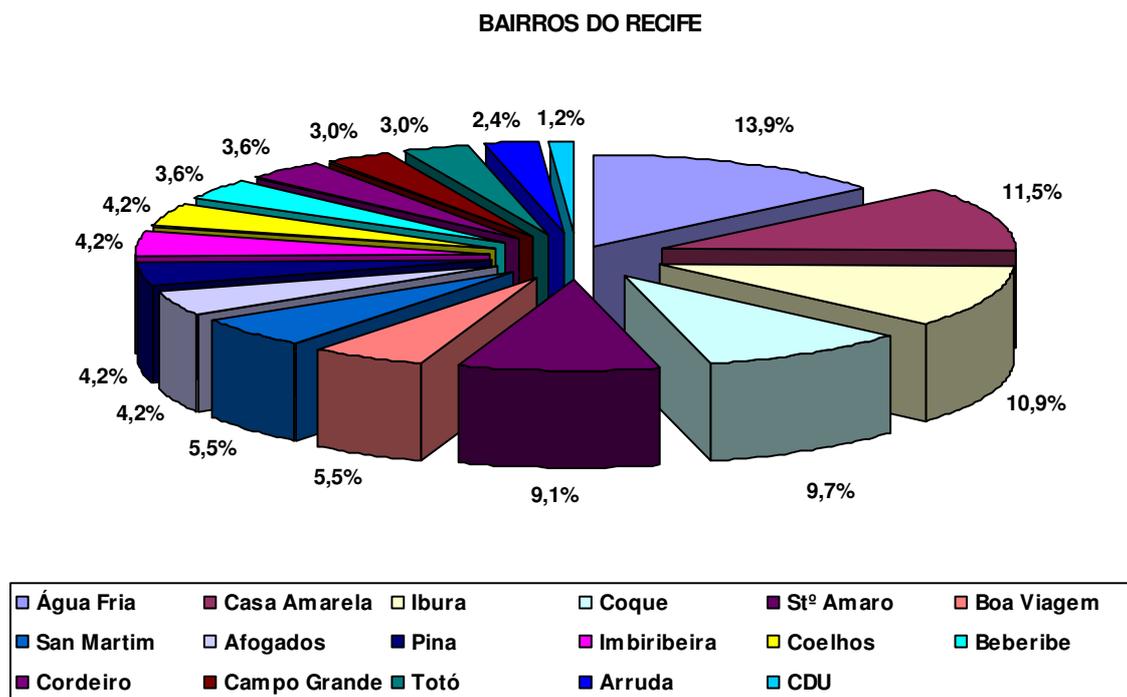
O atentado violento ao pudor responde com 5% e o estupro (art. 213) com 1%, isto é, 31 pessoas da amostragem envolveram-se nestes tipos de crimes. A reclusão nesses casos é entre 6 a 10 anos.

A formação de quadrilha (art. 288) e o seqüestro (art. 159) respondem cada um com 3% dos totais, isto é, 15 pessoas envolveram-se em cada uma dessas modalidades de crimes. Quando mais de três pessoas se reúnem objetivando cometer crimes é qualificado com formação de quadrilha, e a reclusão é de 1 a 3 anos, se for encontrado com armas a pena é dobrada. Quanto ao seqüestro a pena pode ser de reclusão entre 8 e 24 anos.

O estelionato (art. 171) finaliza a lista com 1% do total, isto é, 5 pessoas das 512 entrevistadas envolveram-se neste tipo de delito. A pena para a falsificação é de reclusão entre 1 a 5 anos.

O próximo gráfico apresentará os bairros apontados pelos detentos oriundos da cidade do Recife: Para uma melhor visualização observe a mapa 08.

GRÁFICO 08



Água Fria foi apontado por 13,9% dos detentos entrevistados como seu lugar de moradia, subúrbio localizado na zona norte da cidade, sua paisagem caracteriza-se por morros e córregos, ocupando a primeira colocação neste triste ranking.

Casa Amarela ocupa a segunda colocação com 11,5%. Também localizado na zona norte, este bairro é bem representativo da cidade, pois está subdividido em duas áreas: uma voltada para moradores da classe média e alta, condomínios de luxo, bancos e supermercados são a marca desta área, enquanto a área de morros atende as classes

populares, infra-estrutura precária e equipamentos públicos que não atendem os anseios da população, tornam esta área propícia para o aliciamento de jovens para o mundo do crime.

10,9% dos 512 entrevistados Ibura, situado na zona sul da cidade, ocupa a terceira colocação. Este bairro começa a ser ocupado de forma mais efetiva no final dos anos 60, a partir da construção das vilas populares pela Companhia de Habitação de Pernambuco (Cohab). Mas, no seu entorno começou a se instalar favelas que ocupam os morros característicos do lugar. O bairro tem sua imagem associada ao mundo do crime, há sempre manchetes de jornais anunciando homicídios ou a prisão de alguém envolvido com o narcotráfico.

Na região central da cidade a comunidade do Coque e o bairro de Santo Amaro, destacam-se respectivamente respondendo com 9,7% e 9,1%. O Coque encravado no antigo bairro de São José, é um bolsão de pobreza localizado ao lado do pólo médico do Recife, um centro de excelência e dos mais conceituados do país. Na comunidade há escolas e postos de saúde, mas o Estado faz-se presente de forma mais efetiva como polícia. A comunidade tem também sua imagem associada ao crime, há toque de recolher, e não é permitida a entrada de estranhos, o que o aproxima de um gueto. O bairro de Santo Amaro, localizado na área central, apresenta uma peculiaridade, pois além da divisão em áreas nobres e pobres, dispõe de equipamentos públicos e privados importantes para o Estado, como hospitais, emissoras de TV e de rádio. Porém, é de suas favelas que provém os detentos que apostaram o bairro local de moradia.

Boa Viagem e San Martim, ocupam a sexta posição, cada um respondendo com 5,5%. Boa Viagem é o cartão postal da cidade, mas apesar da bela praia e hotéis de luxo, há várias favelas em torno dos edifícios de alto padrão destacando-se: a “entra-apulso”, localizada na entrada do maior shopping do Estado. É desta comunidade que vêm grande parte dos

detentos do bairro. Este pedaço de Boa Viagem shopping – favela entra-apulso é bem representativo do Brasil e do mundo, ao mostrar a força da economia de mercado em excluir pessoas. San Martim, situado na zona oeste, também não se diferencia dos demais já que, os que provém deste bairro são em sua maior parte oriundo de suas favelas.

Quatro bairros ocupam a sétima posição, respondendo cada um com 4,2%, na área central um destaque para a comunidade dos Coelhos, e na zona sul os bairros do Pina e Imbiribeira enquanto Afogados localiza-se na região sudoeste da cidade. A comunidade dos coelhos merece uma análise a parte, pois a mesma também encontra-se encravado no antigo e decadente bairro de São José, e tem também sua imagem associada ao mundo do crime, o Estado faz-se também presente de forma policial e funciona como um gueto.

O bairro de Beberibe, localizado na zona norte, e Cordeiro, na zona oeste, ocupam a oitava posição, respondendo cada uma com 3,6%. O bairro do Totó, na zona oeste (região próxima ao Aníbal Bruno) ocupa a nona posição com 3% dos totais. O bairro do Arruda, localizado na zona norte, ocupa a penúltima posição com 2,4% e finalmente, na décima segunda posição vem o bairro da Cidade Universitária, com 1,2% do universo analisado. Este também não foge ao esquema clássico, pois é de suas favelas que saem a população que vai para o presídio.

4 – CÁRCERES NOS CÁRCERES: cenário das territorialidades no cotidiano do Presídio Aníbal Bruno.

4.1- O cotidiano carcerário sob a norma do Estado

Instituições totalizantes, severas e como tal disciplinadoras, elas, as prisões, exercem um poder total, isto é, completo, já que ela dispõe em seu interior de todo o tempo de quem está sob a sua guarda. Reportamos a Foucault que alerta-nos em *Vigiar e Punir* (2000, p. 198) “A prisão muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é onidisciplinar. Sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta” Mais adiante ele força o caráter totalizante da prisão (2000, p. 199) que “Leva a mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos da disciplina”

Portanto, a prisão é um espaço no qual o Estado dispõe de todo o tempo da pessoa, determinando horários e situações que poderiam ser vivenciada livremente tais como o dormir, o acordar, o de quê se alimentar e em que quantidade; em que horário trabalhar e / ou estudar, caso se permita em que dia hora deve fazer sexo, e, entre outras concessões, em que tempo e dia se relacionar com o sagrado.

Esse espaço, a prisão, seguiu o modelo celular monástico, pois, frisa-nos Foucault (2000, p. 201) “Nessa cela fechada, sepulcro provisório... crescem os mitos da ressurreição” Esse isolamento garantiria uma reflexão que levaria a pessoa detida a se conscientizar dos seus erros, e, dessa forma, se regeneram (ressuscitar). Ele, afirma também (2000, p. 200) “A prisão deve ser um microcosmo de uma sociedade perfeita, onde os indivíduos estão isolados... onde sua reunião, se efetua num enquadramento hierárquico restrito, sem relacionamento lateral”. No entanto, a superlotação e a ausência de Estado não permitiu

que essa teoria de Foucault se efetivasse pois, a cela passou a ser um privilégio, e algumas vezes um castigo, portanto, as relações laterais fluem nos corredores superlotados dos presídios brasileiros. Isso não significa dizer que não haja o isolamento, pelo menos de consciência, do “sentir-se só no meio da multidão”. A desconfiança faz parte do cotidiano vivenciado nas celas e pavilhão, o que não impede o encontro através da confiança mútua.

A prisão se sobressai como instituição disciplinadora, pois, sua ação, vai além dos seus muros, ao marcar profundamente quem por ela passa. De certa forma ela separa esta pessoa do restante da sociedade, e, o egresso dessa máquina de destruição dos seres humanos enfrentará muitas dificuldades para ser aceito na grande máquina / sociedade envolvente. Em 11 de julho de 1984 foi instituída a Lei nº 7.210 a Lei de Execução Penal, (LEP) que regerá todas as instituições prisionais do Brasil já em seu artigo 1º, declara (1992, p. 1) “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”

Dentre os 22 direitos dos presos elencados pela LEP (Art.3º) pode-se destacar os seguintes: o direito à vida; o direito à integridade física; o direito à assistência judiciária; o direito à alimentação, vestuário e alojamento; o direito a cuidados e tratamento médico-sanitário; o direito à igualdade de tratamento; o direito à visita cônjuge, parentes e amigos; o direito à proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; o direito ao exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena. Por outro lado, ela também estabelece os deveres dos condenados (Art.3º) destacando: comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; urbanidade e respeito no trato com os demais condenados; conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina e submissão disciplinar imposta.

Portanto, a LEP determinou direitos e deveres esperados pelos apenados, que caso cometam alguma falta serão punidos (Art.44), porém “As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.” A lei é bem clara que não se admitirá a tortura. No entanto, uma pergunta fica no ar, as condições subumanas dos presídios brasileiros não transformam em si um castigo para quem deveria perder apenas a liberdade.

E , descendo a um nível micro, que é a escala desta pesquisa, iremos apresentar algumas normas ou regras estabelecidas pelo Regimento Interno do Presídio Professor Aníbal Bruno (2002).

O estabelecimento destina-se exclusivamente ao recolhimento de detentos do sexo masculino, maiores de 18 anos, os detentos são subdivididos em provisórios (estão aguardando sentença) e os condenados (sentenciados).

Até maio de 2003 a pessoa ao ser detida tinha direito ao encaminhamento da delegacia para a unidade. Foi nessa época que foi criado o COTEL (Centro de Observatório e Triagem Professor Etelvino Lima) que começou a receber todas as pessoas que eram detidas nas delegacias da Região Metropolitana do Recife, e realizavam trabalho de triagem.

Logo após a triagem no COTEL e passado um período, alguns detentos são enviados ao presídio Professor Aníbal Bruno, e chegando à unidade são conduzidos ao Setor de Triagem (cela de espera) pelo prazo médio de 10 (dez) dias, tempo necessário para a identificação, entrevista com o corpo técnico, triagem e orientação quanto aos procedimentos internos realizados pela Divisão de Segurança.

A saída de detentos ocorrerá mediante Alvará Judicial para apresentação à Justiça e transferência para outras unidades prisionais. A gerência permitirá a saída de detentos, devidamente escoltados, em caso de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão, ou necessidade de tratamento médico, casos especiais

para a saída: Instituto de Medicina Legal – IML, Instituto Tavares Buriel – ITB, Conselho Penitenciário, flagrantes em delegacias, audiências nos Fóruns, Cartórios, Bancos e INSS.

Quanto às visitas (ver páginas, 7-8-9) aos domingos têm como horário de entrada entre 07:00h e 13:00h e saída entre 13:00h e 16:00h. Cada detento terá direito a receber os parentes devidamente autorizados. Nas quartas-feiras a entrada é entre 07:00h e 13:00h e saída entre 13:00h e 16:00h. Nos pernoites (sábados e domingos) ocorrem os chamados encontros conjugais que são quinzenais. No 1º dia (sábado), a entrada da visita é entre 07:00h e 13:00h e a saída entre 13:00h e 16:00h. Tanto nesse dia como nas quartas não é permitido o acesso de homens. No 2º dia (domingo) a entrada ocorre entre 07:00h e 13:00h e a saída entre 08:00h e 16:00h, nesse dia é permitido o acesso de homens. Como muitas mulheres pernотaram na unidade, as saídas se dá a partir das 08:00h.

A contagem dos detentos (totalidade) é realizada duas vezes ao dia: às 07:30h e às 20:00h, quando do recolhimento de todos os detentos aos seus respectivos pavilhões. A contagem dos detentos em situação normal não deve ser motivo para atrasos na liberação dos detentos matriculados nos cursos porventura ministrados neste presídio.

Após a segunda contagem (20:00h), todos os detentos devem ser recolhidos às respectivas celas, salvo os concessionados que ainda se fizerem necessários em suas atividades, devidamente autorizados pela gerência ou sob a responsabilidade do funcionário de plantão. Serão realizadas quantas contagens se fizerem necessárias, a fim de serem averiguadas possíveis alterações no contingente carcerário. A contagem dos detentos não deverá ser efetuada com os mesmos estando em posição, por exemplo, deitado, ou sentado, e usando camisa, exceto os alojados no setor de enfermaria. Para que a guarda interna possa adentrar aos pavilhões, os detentos deverão estar recolhidos em suas respectivas celas.

São infrações disciplinares de natureza leve: produzir ruídos perturbando a ordem nas ocasiões de descanso, trabalho ou de reuniões; desobedecer aos horários regulamentares; abordar visitantes e/ou autoridades sem prévia autorização; transitar pelo estabelecimento ou suas dependências, em desobediência às normas estabelecidas; descuidar-se da execução de tarefas e ausentar-se dos lugares em que deva permanecer.

São infrações disciplinares de natureza média: adquirir, ter consigo, usar ou fornecer bebida alcoólica, substâncias tóxicas, inebriantes, entorpecentes ou de efeito análogo; desrespeitar os visitantes; agredir ou tentar agredir funcionário, visitante ou companheiro; incitar ou participar de movimento coletivo de subversão à ordem ou à disciplina; explorar companheiro sob qualquer pretexto ou modalidade; praticar ou concorrer para a prática de jogos proibidos; recusar sem justo motivo a alimentação fornecida e, entre outras infrações, utilizar-se de local impróprio para satisfação de necessidade fisiológica.

São consideradas infrações disciplinares de natureza grave: incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina e fugir; possuir indevidamente instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; provocar acidente de trabalho e efetuar ligações telefônicas, ou ter consigo telefone celular sem autorização.

Ao transgredir um desses itens o detento sofrerá sanções disciplinares através de: advertência verbal; repreensão; suspensão ou restrição de direitos e o isolamento na própria cela ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo. (1992 pág.25)

Há também as recompensas tendo em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e da sua dedicação ao trabalho. São recompensas: o elogio e a concessão de menos rigor na disciplina.

No Presídio Aníbal Bruno como espaço voltado para vigiar e controlar os corpos objetivando sujeitar, submeter, domesticar e disciplinar os “rebeldes”, oficialmente deve-se respeitar os seguintes horários:

04:40h – Café da manhã (bóia)

07:30h – Totalidade

11:00h às 12:30h – Almoço (bóia)

16:00h – Janta (bóia)

19:30h às 20:00h – Totalidade

4.2 O cotidiano carcerário sob a norma do vivido

A superlotação e ausência do Estado permitem que nas prisões brasileiras se estruturam relações além das oficiais, ou seja, pára-oficiais, estabelecidas pelos detentos em suas praxes de sobrevivência. O presídio é um espaço de relações tão complexas, pois ao mesmo tempo em que reproduz o mundo oficial, cria também o mundo à parte, com suas normas e tempos bem específicos.

Se o presídio é um espaço de exclusão para a sociedade envolvente, essas normas e regras estabelecidas pelos detentos, por sua vez, subdividem esses espaços em territórios diferenciados, permitindo que tantos detentos como a administração da unidade regionalize e subdivide a unidade em duas áreas principais: a área da região conhecida como “Morro” formada pelos pavilhões Q, A, B, C, D, E, F e R e, a outra área denominada “em baixo” que agrupa pos pavilhões G, H, I, J, L, M, N, P e S. O presídio localiza-se na área de morros que contornam a cidade (vide mapa 01), portanto, no seu terreno encontram-se elevações chamadas de morros.

Mais uma vez a ausência do Estado e a superlotação permitem e fomentam que no interior da unidade se reproduzam as desigualdades sócio-espaciais existente na sociedade envolvente, que adentra o muro do presídio e dá ocasião a diferenciações entre os pavilhões e no interior dos mesmos.

Na região conhecida como “morro” localiza-se o pavilhão R, ele também é destinado a isolar os detentos que cometeram alguma infração. Ele é o castigo dos castigos, pois também recebe detentos que vêm dos outros pavilhões destinados também a isolar, como os pavilhões J e N. A prisão da prisão, pois imobilizados em celas super lotadas, e o banho de sol está reduzido a duas horas semanais. No entanto, neste pavilhão há celas destinadas a criminosos que não cometeram infração no interior da unidade, mas, são considerados perigosos e não podem conviver no interior da unidade. Estes têm direito à visita, mas vivem também no regime fechado.

Os pavilhões localizados na área elevada do presídio são os que abrangem os detentos mais carentes, isto é, os de família muito pobres e/ou aqueles abandonados pelas mesmas, com exceção do pavilhão E, destinado aos concessionados, isto é, aqueles detentos que trabalham na unidade.

Os pavilhões situados na área mais baixa recolhem as pessoas que apresentam melhores condições financeiras. Por exemplo os pavilhões P, I e L se enquadram nesse perfil, e este último, o L, é um caso a parte, ele é um pavilhão pequeno comparado com os demais e não é tão superlotado, dormem poucas pessoas no corredor e as paredes do corredor são revestidas por azulejo. Nessa área encontram-se, também, dois pavilhões destinados àqueles que cometeram alguma infração na unidade e os que são considerados “perigosos” como o pavilhão J, e o pavilhão N voltado para os que correm risco de morte no interior da unidade, alguns, por exemplo, se endividaram pelo uso de drogas, enquanto outros fizeram

ou encontraram inimigos no interior da unidade. O pavilhão M comporta os detentos evangélicos, este pavilhão localiza-se ao lado da igreja evangélica, construída em 2000, com recursos dos detentos e de igrejas de fora, materializando o espaço da fé.

Pode-se destacar outras áreas consideradas “nobres” como os anexos construídos com recursos dos próprios detentos, como as vilas “verde” e “rica”, que em suas celas acolhem no máximo duas pessoas, e o pavilhão S subdividido em dois: a área recente, construída na bomba d’água que em cada cela acolhe dois concessionados do rancho, setor responsável pelo preparo das refeições (bóia), e a antiga enfermaria que também recebeu a denominação de S.

Toda uma geografia foi construída no interior do Aníbal Bruno a partir de territorialidades que expressam relações vivenciadas pelos detentos, a partir de normas e regras vividas nos pavilhões e celas da unidade. Observando que toda territorialidade, gera desterritorialidade, e que em alguns momentos as redes oficiais e pára-oficiais se entrecruzam, evidencia-se que, apesar do presídio ser um espaço por excelência de exclusão, as ações desenvolvidas em seu interior permitem criar centralidades (para os que se incluem) e recriar novas marginalidades, excluindo ao máximo os excluídos.

4.2.1 - A triagem: “entrando num outro planeta”

Ao adentrar na unidade o detento tem a certeza e a convicção que está entrando num outro mundo e que a partir desse momento, terá que se adaptar às regras e normas vivenciadas no mesmo. Muitas vezes o muro do presídio significará não uma separação temporária entre ele e a sociedade, já que o muro da prisão o acompanhará por toda a vida. E no espaço do

presídio destinado a realizar a triagem, o detento terá que se apropriar de novos códigos, pois esses códigos serão a senha de acesso ao convívio desse novo mundo.

O detento na espera da unidade prisional também passa por esse processo de quarentena, onde ele deve se desnudar de muitos valores, de sua individualidade e, através da apresentação dos novos códigos, se utilizar destes como instrumentos que facilitem a sua inserção no mundo do presídio. Ele deve vestir uma nova identidade, pelo menos interinamente.

Quando são detidos pela polícia os detentos é levado para o Centro de Observação e Triagem Professor Everaldo Lima (COTEL). Os primários podem passar meses nesse local, enquanto os reincidentes podem passar no máximo quinze dias e são transferidos alguns para o Presídio Professor Aníbal Bruno e outros para o Presídio de Igarassu.

A espera do Presídio Professor Aníbal Bruno apresenta instalações precárias, uma grande sala, com banheiro coletivo formado por duas privadas e um cabo que serve de chuveiro. Não há porta que separe o “banheiro” do grande salão, e este não possui camas e muitos menos colchões. É esse lugar que serve de acolhida para a unidade.

O detento vem do COTEL com os seus pertences em bolsa ou sacola; alguns com lençol e outros vêm sem nada. Onde eles acomodam a sua bolsa se transforma no seu lugar de dormida. Uma corda de nylon atravessa o salão, servindo de varal para estender roupas e toalhas lavadas.

Em geral os detentos primários, ficam muito assustados só que ficam sem contato com as famílias que muitas vezes não sabem que foram detidos. E, quando são primários, eles estão apreensivos sobre o que acontecerá nos pavilhões. O Gerôncio (nome fictício), um dos nossos entrevistados, está há sete meses detido e ainda não teve contato com psicólogo

ou assistente social. Segundo ele esse contato seria importante, pois o “preso tem a sensação de entrar em outro planeta”.

Quando eles chegam ao presídio, muitos detentos da unidade já sabem da sua chegada. Caso sejam amigos ou parentes poderão facilitar a integração ao sistema. O setor de segurança, tendo conhecimento de inimizades, coloca o detento em pavilhão diferente, do seu algoz.

4.2.2 - A luta pelo espaço – a cela ou célula da produção da vida.

Ao sair da triagem o detento é levado ao pavilhão, caso não possua amizade com alguém do presídio é mandado para os pavilhões superlotados. Entretanto no pavilhão o detento se depara com duas figuras ou atores muito importantes no interior da unidade, que são o chaveiro e seu auxiliar. Cargos de confiança da direção e administração. São eles que repassam as regras do pavilhão, advertindo sobre as normas de um comportamento aceitável no interior do pavilhão, sair do pavilhão sem autorização do chaveiro é considerado uma infração em todos os pavilhões. Eles administram o pavilhão propondo reformas de ordem física, pintura, compra de televisores para o hall de entrada, instalações de ventiladores nos corredores. É claro que todo esse investimento é custeado pelos detentos. Esse investimento valoriza alguns pavilhões e permitem que se estabeleça a desigualdade entre pavilhões. Para o detento há um custo diferenciado entre morar no pavilhão X ou Y.

Além das regras do pavilhão existem as das celas, que são repassadas pela pessoa mais antiga da cela. Porém, nem todos terão acesso a cela, espaço de produção da vida.

Para alguns estudiosos e pensadores o espaço perdeu a sua importância e significado, já que eles partem da premissa de que o avanço tecnológico permite a diminuição das distâncias e que, pela primeira vez o homem vivencia o mundo em tempo real. As informações se propagam instantaneamente, gerando a ilusão da supressão do espaço. No entanto, a observação da produção do espaço no interior do presídio é reveladora da importância do espaço no cotidiano, isto é, no vivido. Entenda-se produção do espaço, como produção de vida, pois, assevera-nos George em “O Homem na Terra – a geografia em ação” (1993,p. 14) “A geografia aborda uma questão fundamental, se não a da origem e essência da vida, pelo menos a de possibilidades e condições de vida”.

Num meio ambiente hostil e superlotado como o presídio, os detentos se articulam desenhando tramas que possibilitam condições mínimas de sobrevivência, isto é, eles estão a todo tempo se articulando, objetivando criar o espaço de vida.

Como um espaço de arquitetura panóptica, no presídio o tempo e o espaço estão voltados para o controle de cada gesto, de cada ação, de qualquer comportamento do encarcerado. Mas esse homem rompe com o estabelecido, não responde ao comportamento desejado, estabelecendo relações que forjam territórios.

É no interior desse ambiente panóptico, isto é, voltado para a observação e o controle que os detentos de submissos se transformam em agentes atores, que estruturam a arquitetura ou o espaço dado. Confirmando a idéia de Raffestan (1993, p. 143) na qual “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa).”

É a partir da descrição e análise das práticas territoriais dos detentos no interior dos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno, que essas ações serão visitadas, sob a luz do

pensamento de Santos e principalmente Raffestan que através de suas idéias irão iluminar essa “região sombria” da sociedade: o cárcere.

A superlotação nas prisões brasileiras transforma a cela num privilégio de poucos e para ter acesso a ela contam o fator tempo e a conduta de cada um. No Presídio Professor Aníbal Bruno foram inicialmente construídos dois tipos de celas, as individuais e as que poderiam acolher até quatro pessoas, atualmente superlotadas. As individuais comportam entre seis a sete pessoas e as coletivas uma média entre quinze a vinte pessoas. Quando as pessoas saem da triagem em direção a um pavilhão elas são locadas em uma cela o que servirá para a totalidade. É uma regra os novatos serem contados na cela, mas, como novatos, irão conviver no corredor do pavilhão. O corredor do pavilhão é chamado BR. Por exemplo, numa cela pode-se contar vinte detentos, só que na realidade só sete deles, tem direito a usufruir desse minúsculo espaço.

O direito à cela significa, principalmente, possuir o direito a uma das camas da cela. Possuir cela implica a garantia de reprodução das condições mínimas de sobrevivência, pois, ela, é garantia da possibilidade de produção de refeições, uma melhor higiene pessoal e uma dormida mais “confortável”. E, alguns deles, com espírito empreendedor, transformam-a num ponto de apoio de suas ações empresariais.

A foto 01 ilustra bem uma das divisões da cela na qual as camas se superpõem.



Visualizando e fazendo uma leitura da cela através da foto 01 vislumbra-se que, ao atravessar a porta da cela nos deparamos com três camas; uma delas ocupada com dois detentos que estudam na unidade educacional do Presídio, aproveitando a cama improvisando uma sala de estudo. Sob a sua cabeça encontra-se outra cama, e, no seu lado esquerdo uma quinta cama, sob a área de serviço da cela, onde se localiza o tanque, o banheiro e a cozinha improvisada.

A práxis dos detentos, isto é, o cotidiano vivenciado nos pavilhões e celas em função da superlotação, permite que o espaço tenha uma importância e significado especial. O espaço (da cela) ao mesmo tempo em que representa prisão, significa também “liberdade”. Na realidade carcerária brasileira os objetos são transformados, ressignificados em seus conteúdos, com vistas a atender diferentes necessidades. Do pavilhão às celas, as formas se revestem de conteúdos os mais variados. Daí que os minúsculos espaços da cela se repartem, e cada pedacinho condensa um mix de funções que são as formas-conteúdo.

Conceito elaborado e desenvolvido por Santos, as formas-conteúdos sintetizaram os “sistemas de objetos e ações”, pois para ele (1999, p. 88) “É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida.” O dado seria a prisão com seus pavilhões e celas que são modificados a partir da ação dos detentos; essas transformações mudam a própria sociedade / comunidade carcerária.

Em um espaço de dimensões reduzidas, como o presídio, e com forte pressão populacional, as ações se superpõem sobre um mesmo objeto, num movimento aspiral ascendentes e descendentes, diários e semanais. Os espaços usados pelos detentos têm uso diferenciado ao longo, tanto das horas do dia como dos dias da semana. São essas formas-conteúdos, transversalidades das territorialidades que estão sendo visitadas por este trabalho.

Cada cama possui uma “prancha” que funciona como um armário onde são guardados: roupas, sapatos, produtos de higiene pessoal; em alguns casos eletrodomésticos mais simples como rádio, ventilador e alguns mais sofisticados como TV e DVD. Quem não possui determinados eletrodomésticos pode alugá-los de outra pessoa, a partir de suas necessidades, participando das redes econômicas estruturadas no interior da unidade. Essas redes, serão analisadas mais adiante, no item específico da territorialidade econômica.

Reportando-se a foto 1 observa-se a presença de lençóis improvisados de cortinas entre as camas. Esses lençóis / cortinas / portas são fechados nos dias de visita para atender os encontros conjugais. Num mesmo espaço, como a cama, há o exercício de três funções: dormida, sala de estudo, local para encontro de casal.

Um outro canto, ou espaço da cela, possuidora de utilidades diversas, é o banheiro. Na cela o seu uso vai além do esperado, comportando também um espaço para lavar roupas. Em algumas se improvisam varais, barras nas quinas das paredes que funcionam também como escada para subir nas camas improvisadas rente ao teto, dormitórios improvisados. Muitos detentos fazem refeições nas celas e, para isso, entre o banheiro e o tanque de água se instala um pequeno fogão, a cozinha da cela. Esta cria uma territorialidade a partir das refeições. Conexão da alimentação é chamada essa relação que se estabelece entre alguns detentos da cela ou não, que se unem objetivando uma alimentação melhor. As relações estabelecidas a partir das refeições serão analisadas mais a frente no item específico da contraracionalidade, isto é, das redes solidárias vivenciadas no cárcere.

O pequeno espaço “livre” da cela também apresenta vários conteúdos, isto é, formas-conteúdo, servindo como área de lazer, sala de jantar e dormitório. Num mesmo espaço, várias ações ao longo do tempo.

As celas além de seguirem as regras gerais do pavilhão, criam também as suas normas de convivência. Eis que num mesmo espaço de dimensões reduzidas, mas de importância fundamental, surge um ator importante que é a figura do mais antigo da cela. Ele repassa para os demais os códigos de conduta permitidos, lembrando que em todas as celas há um comportamento esperado para os dias comuns (2^a, 3^a, 5^a, 6^a e sábados que não forem pernoites) e os dias de visita (4^a, sábados dos pernoites e domingos). No pavilhão todos os

detentos são lotados numa cela na qual na hora da totalidade ele é contado. Como as celas estão super lotadas, eles só entram na cela na hora da totalidade.

Enquanto o detento não tem acesso à cela ele se instala no corredor do pavilhão, que para eles, têm um significado especial, estar no corredor é estar na estrada, sem cidade, ou lugar; é um lugar de fluxo no presídio. Neste corredor ele pode dormir em frente à cela em que está contido só numericamente. Como novato ele espera todos deitarem (às 22 h) e procura um espaço.

Em função da forte pressão populacional, cada nova territorialidade cria as suas respectivas centralidades e marginalidades. O corredor do pavilhão, como espaço de fluxo transforma o piso do corredor em objeto de disputa; incluindo e excluindo, ao mesmo em tempo que territorializa desterritorializando.

4.2.3 - O Convívio

No presídio há horário para tudo. De madrugada, às quatro horas e cinquenta minutos a polícia dá uma batida nos portões anunciando a primeira refeição. Por ordem descem para o rancho os detentos dos pavilhões G, H, I e P, logo depois descem os localizados nos pavilhões do morro. Nos pavilhões de castigo, como o R (disciplina), o J (isolamento) e o pavilhão N (segurança) tem suas refeições levadas pelo pessoal do rancho.

Uma batida no portão indica a hora da refeição e policiais militares se aproximam do portão, que é aberto por um detento (o porteiro). Obedecendo ao chamado, sem camisa (para evitar o uso de armas), e, com suas vasilhas se dirigem ao rancho. Em frente ao rancho um grupo de policiais observam o comportamento dos detentos.

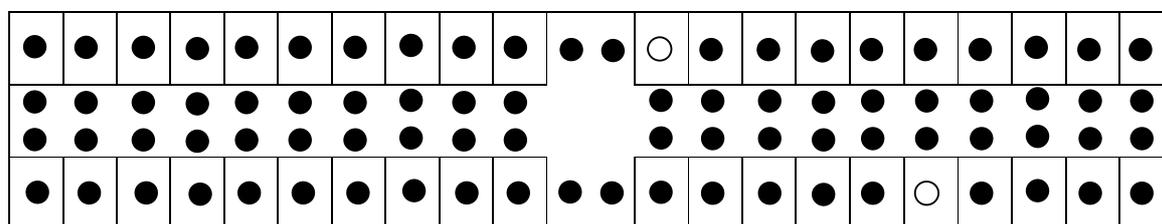
No momento em que se abre o portão do pavilhão para a primeira refeição os que não tem outra opção se dirigem ao rancho. As portas das celas são abertas e o fluxo é intenso, já que todos têm que se levantar para não serem atropelados. Mesmo quem dorme no corredor e tem participação nas refeições da cela tem que se levantar para facilitar o fluxo em direção ao local de distribuição das alimentações.

Ao vir do rancho os detentos acomodam-se no corredor e podem dormir até em média às seis e meia, horário no qual é realizada a primeira faxina no corredor do pavilhão. Cada pavilhão tem uma rotina própria de faxina e em alguns pavilhões são feitas em média cinco faxinas, enquanto em outros são realizadas oito ou nove.

No horário da faxina ninguém pode circular no corredor e o não cumprimento dessa regra significará uma punição para quem a descumpriu, ao descumprir, está sujeito a fazer a faxina por até trinta dias.

O faxineiro é o responsável por essa atividade, ele, é um concessionado da unidade, determinando o horário das faxinas e quem irá cumprir essa tarefa, geralmente realizada pelos novatos do pavilhão. Os novatos assim que chegam ao pavilhão são convocados para essa missão, no figura 1, 2 e 3 estão representados os diferentes momentos da faxina:

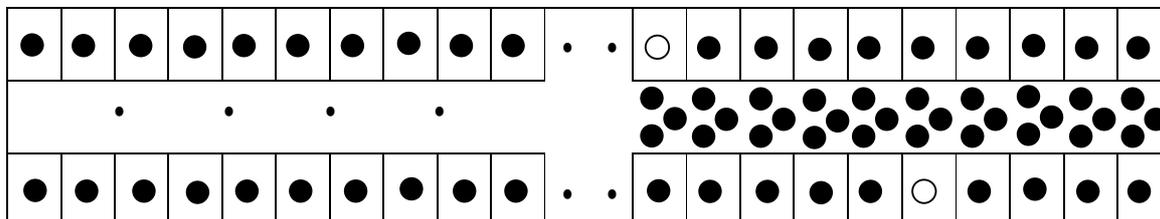
FIGURA -01 – Detentos entre o intervalo da primeira refeição e a primeira totalidade.



● - cela entre 5 e 8 pessoas

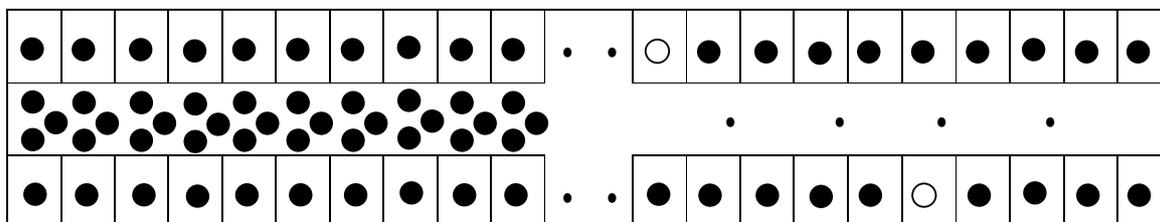
○ - cela com 1 pessoa (chaveiro e faxineiro)

FIGURA -02 – Faxina no raio leste



→ os detentos do leste se deslocam para o raio oeste.

FIGURA -03 – Faxina no raio oeste



← detentos do corredor se deslocam para o raio leste.

- os detentos novatos realizando a faxina.

Essas figuras mostram a territorialidade e desterritorialidade vivenciada na primeira faxina antes da primeira totalidade realizada entre sete e sete e meia da manhã. Ao longo do dia em alguns pavilhões serão aproximadamente mais quatro faxinas, respeitando os seguintes horários: próximo às 11 horas, antes da hora do almoço; outra logo depois do almoço; antes do jantar, às 16 horas; e uma última faxina entre dezoito e dezoito horas e trinta, antes da última totalidade. Há pavilhões que acrescentam mais duas ou três faxinas transformando o pavilhão num lugar onde os territorializados têm que se deslocar, ora, para um lado, ora, para o outro lado do pavilhão. Os moradores da cela permanecem nas celas, tendo o

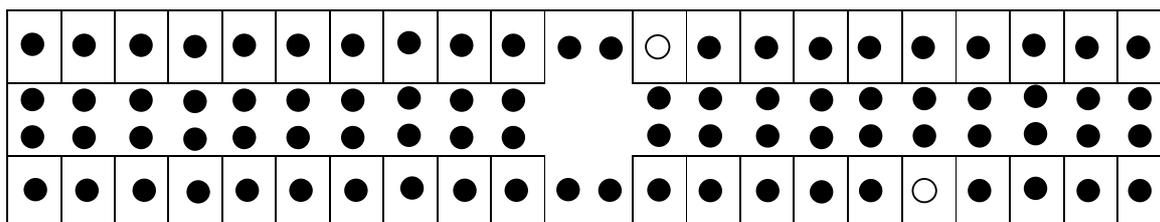
cuidado para não sair e circular. Como já foi dito anteriormente, grande parte das pessoas que se encontram no corredor não dormem bem à noite e aproveitam o dia para descansar. Mas durante o dia eles tem que enfrentar essa maratona de faxinas.

A partir das sete horas todos estão na expectativa da totalidade, quando um grupo de seis ou sete policiais entra no pavilhão, enquanto um ou dois ficam no portão. O chaveiro, detento responsável pelo pavilhão, vai abrindo a porta da cela e o policial vai contando. No final da contagem são checados os resultados com a última total.

Após a totalidade da manhã, os portões do pavilhão são fechados e os detentos podem circular em seu interior. Os que têm autorização saem para trabalhar na unidade, ir ao médico, à escola, falar com o / a advogado (a); alguns se arriscam e saem do pavilhão sem autorização arriscando uma advertência ou o seu isolamento.

As figuras 4 e 5 representam a totalidade, atividade desenvolvida pelos policiais militares e agentes penitenciários.

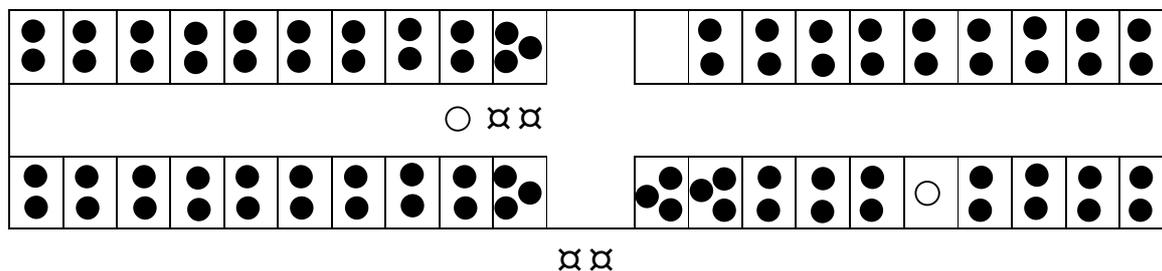
FIGURA -04 – LOCALIZAÇÃO DOS DETENTOS ANTES DA TOTALIDADE.



○ cela com 1 pessoa (chaveiro e faxineiro)

● entre 5 a 8 pessoas

FIGURA -05 – DETENTOS NAS CELAS PARA TOTALIDADE



- detentos no interior da cela para contagem
- detento responsável pelo pavilhão abrindo a porta da cela para contagem
- ☒☒ guarda realizando contagem e na entrada do pavilhão

Na unidade são realizadas duas totalidades: uma pela manhã entre 7 e 8 horas e outra à noite entre 18:30 e 20 horas. Nos dias de pernoite modificam-se também alguns horários, por exemplo; no sábado à noite à totalidade é feita entre vinte e uma a vinte e duas horas. As figuras 4 e 5 mostram a localização dos detentos em dois momentos diferentes no interior do pavilhão.

Na primeira representação (Figura 4) dá uma idéia da superlotação, já que os detentos ocupam celas e corredor do pavilhão. Levando-se em conta que cada ponto da legenda representa cinco a oito pessoas, e que no máximo a cela composta por 8 pessoas.

A figura está representando o pavilhão no momento da totalidade e neste instante a população do corredor desloca-se para o interior da cela. A cela do chaveiro está vazia, pois este abre e fecha as portas da cela para que a guarda realize a contagem. Os localizados no corredor e na ala, na primeira totalidade (manhã) começam a se movimentar e sofrer as conseqüências de quem se encontra no presídio e não tem direito à cela.

A partir das onze horas o alerta, é uma batida no portão, anuncia a hora do almoço, e logo após é feita de novo a faxina no corredor e em seguida todos estão liberados para circular e transacionar no interior do pavilhão, vivenciando as relações forjadas e estabelecidas por eles. A partir das dezesseis horas oferecida a terceira e última refeição (jantar), quando, mais uma vez, é feita a faxina, e todos aguardam a última totalidade. Esta é a rotina oficial do presídio que, através do horário, controla o detento. As territorialidades desenhadas no interior do pavilhão e das celas são reveladoras dos dias da semana, pois elas podem expressar um dia comum da semana ou um dia de visita. Espaço pode significar liberdade como também prisão e na análise das territorialidades no interior do presídio, através do cotidiano, do vivido, constrói-se uma geografia dos detalhes.

Um território condensado de sons, com horários determinados, como batidas nos portões dos pavilhões que anunciam as refeições e o horário da escola. E o cheiro serve também para indicar o grau de superlotação e a situação social de cada pavilhão.

Num dia comum o presídio e os pavilhões transformam-se numa cidade (presídio) com seus bairros (pavilhões) diferenciados, tendo como ponto de apoio às celas (lojas e lanchonete). Há um fluxo no interior dos pavilhões e interpavilhões, onde mercadorias e produtos os mais variados circulam como mantimentos, eletrodomésticos, água mineral, e gás de cozinha e a mão-de-obra que prestará algum serviço para alguém da unidade.

Pela manhã é intenso o movimento no interior da cela onde uma ou duas pessoas preparam as refeições. Caso falte um produto indispensável para o almoço, alguém se responsabilizará por conseguir e para isso poderá realizar o escambo trocando um produto por outro, conseguindo o favor de alguém ou comprando a prazo na cantina, comprometendo-se a pagar no dia da visita.

A partir das refeições se estrutura uma rede cognominada por eles de conexão. Ela pode envolver pessoas de uma mesma cela ou não, como também pode contar com alguém que dorme no corredor. Uma observação: com o objetivo de conseguir o produto necessário para o preparo da refeição, o detento, ao chegar numa outra cela não pode ir entrando logo; ele tem que dar uma batidinha na porta da cela e espera autorização para adentrá-la.

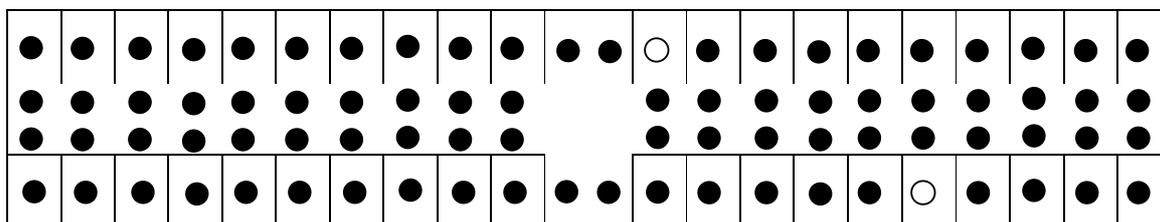
E, de uma cela para outra e até para outro pavilhão produtos estão circulando, pessoas autorizadas ou não, saem do pavilhão, e comercializam os mais variados produtos. Eles vendem camisas, calças, bermudas, sapatos e eletrodomésticos como ventiladores ou sons.

Os que estão dormindo ou sentados no pavilhão e que não fazem parte da conexão da alimentação estão na expectativa do horário das refeições oficiais. É bom lembrar que no hall do pavilhão (Ala) sempre há um aparelho de TV e DVD.

Algumas diferenças são marcantes entre os pavilhões, há pavilhões no qual são permitidos apenas três ou quatro banhos, enquanto em outros é permitido apenas um. Cada pavilhão tem banheiro coletivo e nas madrugadas do sábado para o domingo (pernoites) formam-se filas para o banho. Para os localizados no corredor que usam o banheiro do pavilhão, muitas vezes sua higiene pessoal é comprometida, isto é, que a sua saúde está no limite num espaço de dimensões reduzidas e hiper ocupado, proliferam doenças em corpos debilitados. Possuir ou usufruir o espaço da cela significa uma vida mais digna pautada numa rotina mais humana.

Nos dias de visita celas e pavilhões moldam-se para receber mães, esposas, filhos (as) e outros parentes. Nas figuras 6 e 7 há uma representação aproximada de um pavilhão num dia comum (4) e num dia de visita.

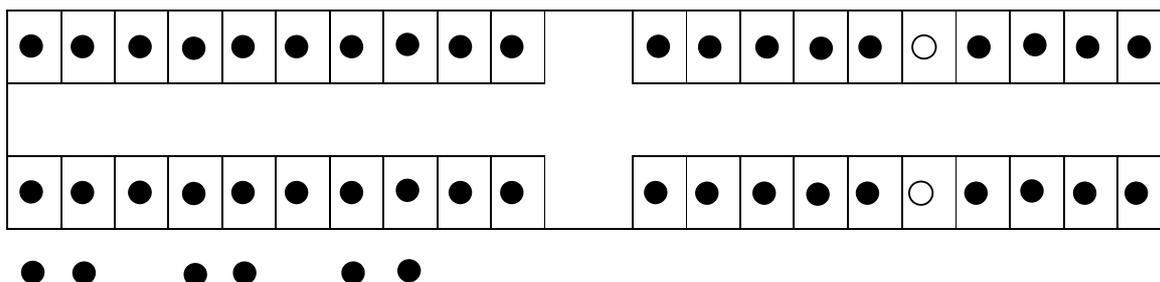
FIGURA -06 – DETENTOS NO PAVILHÃO



○ cela com 1 detento (chaveiro e faxineiro)

● grupos de 5 a 8 detentos nas celas e corredor do pavilhão

FIGURA -07 – DETENTOS NAS CELAS COM AS VISITAS



● celas com detentos que recebem visitas

A figura 6 representa o pavilhão num dia comum, onde os detentos encontram-se no interior do pavilhão vivenciando a sua rotina: a cada dia o detento luta, por um espaço de vida. Quem usa a cela quer permanecer / garantir esse direito; quem está no corredor quer garantir o seu espaço para dormir à noite; quem ainda não tem direito ao piso do corredor está na espreita aguardando uma oportunidade.

Nos dias de visitas (às 4ª, sábados de pernoites e domingos) o pavilhão vivencia uma nova territorialidade que cria também sua centralidade e marginalidade. O detento localizado na cela e que recebe visita é o que tem direito a circular no interior do pavilhão

Após a total da manhã o pavilhão deve ficar livre para receber as visitas, nas 4ª e domingos, geralmente nos pavilhões há um banheiro coletivo utilizado pelo pessoal do corredor e nesses dias não é permitido fila. Quando alguém encontra o banheiro ocupado vai procurar outro local.

Nas quartas e domingos o quadro é este, mas essa situação se acentua nos pernoites. O detento sem visita a partir das três horas da manhã do sábado eles se acordam para tomar o banho, e após a totalidade da manhã ficam fora do corredor.

Às nove horas da noite soará a sirene anunciando a totalidade. É quando os detentos podem adentrar para a contagem e aguardar até as 22 horas, quando se apagam as luzes e todos devem dormir.

4.3 – A TERRITORIALIDADE ECONÔMICA: a racionalidade do externo no interno do presídio.

4.3.1 – Territorialidades e rede das cantinas

Para garantir sua sobrevivência os detentos tentam a todo custo fugir do que é oferecido pelo sistema, isto é, do institucional. Eles, objetivando defender condições mínimas de sobrevivência no cárcere, estabelecem relações que desenham territorialidades.

É através da análise dos conteúdos vivenciados nessas relações que se revelarão o processo explicativo das tramas do poder vivenciados por trás das grades. Informa-nos Raffestan

(1993, p. 32) “A relação nasce num dado lugar e para um dado lugar, num dado momento e para uma duração determinada ou indeterminada.” Para ele (1993, p. 52) “O poder é parte intrínseca de toda relação” Portanto, tempo e espaço são elementos constitutivos da relação, pois, estas não ocorrem da mesma forma nos diferentes lugares; além de serem suportes e trunfos do poder. O autor questiona (1993, p.34)

“Por que falar do tempo e do espaço? Porque os homens só podem encontrar no espaço e / ou no tempo um ponto de apoio para aplicar a alavanca que aciona o poder e por ali modificar as situações reais no sentido que se queira”.

Cabe algumas reflexões quanto ao tempo, subdividindo-o (1993, p.49) em: tempo “real” absoluto (astronômico) e o tempo relativo que “é o tempo social da ação.”

Ao trabalharmos numa escola micro, como o presídio, há uma preocupação quanto ao tempo local, que para ele (1993, p.183) “Visto do centro, é muito pouca coisa um agregado de particulares, de hábitos e costumes que constituem outros tantos obstáculos a uma uniformização. Visto do local, é muito, pois é a territorialidade cristalizada, ou seja, a significação da vida cotidiana” São esses tempos e espaços que serão vistos a partir do vivenciado ou do vivido, isto é, do cotidiano.

As relações se dão de forma simétrica ou de dessimétrica e, para ele (1993, p.34) há simetria quando existe o reconhecimento das necessidades dos outros (contraracionalidade) e relações dessimétricas quando não se reconhece os outros (racionalidade). As relações

econômicas são exemplos de relações dessimétricas por ser mediatizada pelo dinheiro e objetivar o lucro (valor de troca) e não a necessidade (valor de uso).

Para Raffestan (1993, p.34) a admissão da existência da economia implicaria uma distribuição igual dos bens e serviços (reconhecimento do outro) o que não ocorre, já que prevalece a política através das desigualdades existentes (o não reconhecimento do outro). São essas relações econômicas que estarão em foco agora à luz da geografia. Ao longo da descrição serão apresentados os objetos, os atores com seus programas e estratégias, os recursos mobilizados e a territorialidade desenhada através das redes vivenciadas no cárcere.

Os que entram na unidade dispendo de um certo capital se aproveitam da ausência do Estado para desenvolver atividades comerciais que possibilitam de certa forma uma acumulação. Alguns desenvolverão atividades em cantinas, outros transformam a cela em locadoras de eletrodomésticos.

O Presídio Professor Aníbal Bruno possui 17 cantinas, geralmente localizadas no hall de entrada do pavilhão (vide figura -08). Elas funcionam a partir da concessão dada pelo setor administrativo da unidade e o responsável pela cantina tem direito a remissão de pena onde a cada três dias trabalhados eles diminuirão um dia de sua pena.

A Lei de Execução Penal, estabelece: (Art.12). “A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.” Todavia, objetivando uma melhor alimentação, eles os presidiários, estabelecem uma rede de refeições. Quanto ao vestuário, o detento depende da família ou de doações feitas, principalmente, por instituições religiosas. E, no que se refere às instalações higiênicas, elas estão aquém do recomendado para um ambiente saudável, o que ao lado da superlotação torna esse espaço um ambiente propício a proliferação de doenças e de stress.

Nas relações econômicas vivenciadas no cárcere os cantineiros irão emergir como atores sintagmáticos, e , como tal, eles irão produzir territórios. Para Raffestan (1993, p.143) “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente o ator territorializa o “espaço” .”

As cantinas é um pequeno comércio que oferece uma grande variedade de produtos como cereais, produtos de higiene pessoal e refeições prontas, tanto para os que podem pagar e se livrar das refeições oferecidas pelo presídio, como para os familiares e amigos de detentos nos dias de visita.

O cantineiro monta suas estratégias que, para Raffestan seria (1993, p.42) “A combinação de uma série de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo comum.” Eles, os cantineiros, mobilizam recursos financeiros e aproveitam a ausência do Estado para transformar as necessidades não atendidas dos detentos em recursos a serem explorados.

Esses meios são constituídos de energia e informação citando Atalli (1993, p.43) energia é um “potencial que permite o deslocamento e / ou modificação da matéria”, enquanto a “informação é a forma ou a ordem que é detectada em toda matéria ou energia”...

Dessa forma, subtende-se que a matéria libera energia, atendendo necessidades de uma relação. Já a informação indica um controle e uma manipulação de energia, através de sua distribuição. (idem, p.43) “A informação é constituída por mensagens”, que estruturam territórios através da forma (disposição dos meios) e de uma ordem (controle / domínio), delimitando a área de influência de um grupo ou organização.

Para desenvolver suas atividades e funcionar como um centro de comercialização no interior do pavilhão, a cantina estabelece relações além do muro. Essas relações vêm se modernizando, isto é, o processo se dá cada vez mais de forma racional, pois o Estado

estimula e atrai empresas que desde o final de 2004 vem estimulando e criando depósitos voltados para atender os cantineiros e demais detentos, como a central de gás de cozinha, de água mineral, de refrigerante e a de alimentos.

Antes cada cantina trabalhava com um fornecedor, e, por isso, era intenso o movimento de Kombis e outros veículos utilitários descarregando mercadorias. Dessa forma, ocorria o risco de entrar bebida alcoólica além de outras drogas ilícitas e até armas. Para a administração da unidade as empresas responsáveis por esses depósitos ou centrais têm um nome a zelar e no intuito de não manchar a sua imagem, elas mesmas terão um cuidado com a segurança da mercadoria.

Já os cantineiros não vêem com bons olhos esse processo de modernização em curso, reclamam e criticam, pois, segundo eles, alguns produtos estão com os preços mais altos. Além do mais, a forma de pagamento exclusivamente à vista, gera descontentamento.

Mostra-nos Raffestan (1993, p.242) quem dispõe do capital técnico, através da comercialização e distribuição auferir vantagens no processo relacional. No caso as empresas também ganham e / ou lucram com a ausência do Estado, vendo o presídio como um mercado a ser explorado.

É no pavilhão que a cantina, através de uma série de relações, irá desenhar a sua rede de dominação, comercializando os mais variados produtos que se fazem necessários para sobreviver num ambiente tão carente como o cárcere. Elas fornecem artigos de primeira necessidade como mantimentos para o preparo de alimentos (para os que podem se livrar da alimentação oficial); algumas preparam refeições, e, em geral dispõem de material de higiene pessoal, de limpeza, sucos e algumas vendem também picolés e sorvetes.

A partir dessa manipulação são vivenciadas as redes das cantinas, frisa-nos Raffestan (1993, p.149) “o poder constrói malhar nas superfícies do sistema territorial, para delimitar

campos operatórios ” na qual “Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço ” pois, segundo ele (1993, p.151) “Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes Nós os encontramos em todas as práticas sociais.”

Através da análise da imagem da rede exposta no gráfico, pode-se, através da descrição compreender como se dão os fluxos da comercialização, os interesses, bem como quem ganha e / ou perde nesse jogo de poder estabelecido a partir das cantinas. A cantina localiza-se no hall de entrada do pavilhão, numa posição privilegiada e estratégica, e, tanto os que moram na cela ou no corredor de uma maneira geral dependem dela.

Em alguns pavilhões nas celas dormem uma média de 5 à 7 pessoas, onde 4 ou 5 possuem camas e 1 ou 2 podem dormir no chão. Desse total, admite-se que 4 realizem pequenas compras na cantina, e, que 1 não pague, só o devedor sofrerá a punição, o restante continuará demandando, isto é, se relacionando com o pequeno comércio local.

No interior do presídio existe os detentos que têm autorização para sair, pelo menos em horários determinados, com os concessionados (os que trabalham) os estudantes (no turno em que estudam) e os chaveiros e faxineiros. Os que são pegos pela guarda sem autorização vão para o castigo. Essa imobilização no interior do pavilhão da maior parte dos detentos torna-os dependentes dos cantineiros, compensando os problemas gerados a partir da entrada de empresas como fornecedor exclusivo, o monopólio. Pois os detentos terão que realizar compras nas cantinas em que se encontram.

Todos, de uma maneira geral, dependem da cantina, possua o detento uma melhor condição financeira ou não, seja para comprar um refrigerante, um suco ou algum mantimento que falte na hora de preparar o seu almoço.

Como anunciou Raffestan (1993, p.186) “O poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza num lugar, em lugares que com freqüência ele marca profundamente...” Deixando claro que essas nodosidades criam centralidade e marginalidade, no presídio tanto o Estado como os detentos transformados em atores sintagmáticos em suas ações criam lugares centrais e lugares marginais, tanto territorializam como desterritorializam.

4.3.2- Territorialidades da rede de eletrodomésticos

Alguns detentos desenvolvem outra atividade que se dá através da locação de eletrodomésticos. Equipamentos como tvs, dvds, aparelhos de sons, fitas de dvds e ventiladores se transformam em recursos, isto é, em um mercado a ser explorado.

De posse dos eletrodomésticos começa a se formar uma rede na qual televisores, rádios, dvds e ventiladores podem ser alugados. O tempo de aluguel pode variar de semanas a dias e horas, variando de acordo com a necessidade do locatário. Por exemplo, um ventilador pode ser alugado para ser utilizado por uma semana, num valor aproximado de R\$ 10,00, enquanto outra pessoa pode alugá-lo para tirar uma visita no domingo por R\$ 5,00.

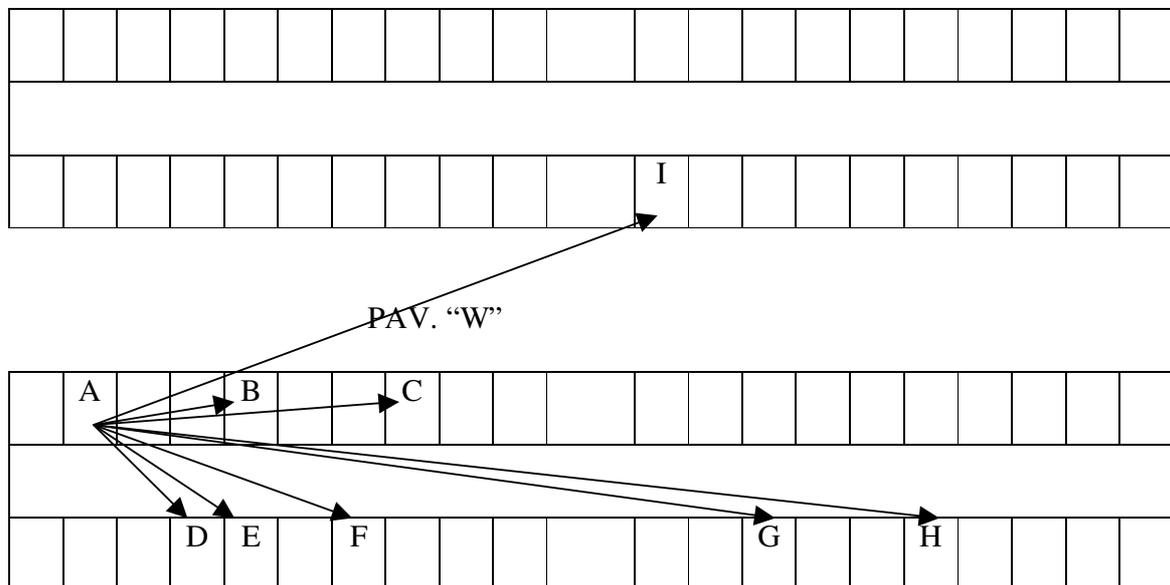
Quanto ao aluguel da geladeira, há fatos bem pitorescos, pois ela pode ser alugada por meses e se instalar em outra cela, rendendo para o seu dono uma renda mensal de R\$ 30,00.

Ou simplesmente o seu proprietário pode alugar o seu uso, permitindo que alguém coloque água para gelar e / ou carne e verduras para conservar, pagando uma média de R\$ 5,00 por semana. Caso não pague, o proprietário da geladeira consumirá a carne e as verduras.

É claro que nessa relação se estabelece um fluxo entre a ofertante (a cela locadora) e as demandantes, isto é, as que alugam os objetos formando os nós da rede, ao mesmo tempo em que tece os limites (tessituras) de ação de uma determinada cela (Vide Figura 08).

FIGURA -08- REDE DE LOCADORA DE ELETRODOMÉSTICOS

PAV. "Z"



A= Cela locadora

B= Locatário de Ventilador

C= Locatário de Ventilador

D= Locatário de Tv (domingo)

E= Locatário de Som (domingo)

F= Locatário de DVD

G= Locatário de Som (domingo)

H= Locatário de Ventilador

I= Locatário de DVD (pernoites)

A figura acima expõe uma imagem aproximada de uma rede criada a partir do aluguel de eletrodomésticos. De certa forma ela confirma um dos conceitos dados por Raffestan (1993, p.204) “A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e por isso mesmo, se deforma para melhor reter” ela, a rede, é proteiforme, isto é, muda de forma com frequência. A rede acima desenhada mostra uma territorialidade flexível que muda ao longo dos dias da semana. Essa imagem representa o movimento num final de semana de pernoite (sábados e domingos) o que ocorre quinzenalmente. Nos dias de semanas o fluxo só ocorreria entre a cela locadora e as celas B, C, F, H e J; nos domingos a estas acrescentaríamos as celas D e E.

O aluguel de eletrodomésticos envolve várias situações: alguém pode alugar uma televisão no domingo pela manhã enquanto outra aluga para usá-la à tarde. Ao mesmo tempo um detento pode possuir tv e ventilador, mas num dia especial como o aniversário da mãe ou esposa alugar um aparelho de som mais potente.

Quem trabalha exercendo essa atividade não é reconhecida pela unidade e por isso não têm direito a remissão de pena. Só que ela gera e movimenta renda no presídio, possibilitando que os que alugam eletrodomésticos, junto aos cantineiros e outros atores sintagmáticos apresentam um padrão de vida superior à média dos detentos. Reproduzindo as diferenças e desigualdades que ocorrem fora dos presídios, ao possibilitar que elas se reproduzam nos pavilhões, celas e na figura do próprio detento.

4.4- Os Territórios da Contraracionalidade

Diante de um mundo em que todas as relações estão pautadas ou caminham para uma racionalidade que segundo Santos (1999, p.241) transforma o espaço em ... “uma verdadeira máquina, cuja informação e onde são as próprias coisas que constituem o esquema de nossa ação.” Esse espaço cada vez mais composto por objetos que demandam ações e comportamentos rígidos e no qual os eventos são controlados e previstos, transformam o homem em uma peça na engrenagem da máquina.

Essa mesma racionalidade que cria “seus objetos e ações” hegemônicos, utilizados, também, por atores hegemônicos, não consegue envolver todo o espaço, pois este possui também objetos que demandam ações e tempos vivenciados de forma diferentes.

São esses atores não-hegemônicos que em suas ações criam as contraracionalidade que, para ele (1999, p.246) “ se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias: de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais tradicional ou recentemente marginalizadas” segundo o autor: “Essa experiência de escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.” A ausência do Estado e a superlotação fomentam a existência de uma rede de contraracionalidade no cárcere.

Subtendendo-se que, a maior parte dos detentos provém de locais não luminosos, principalmente de subúrbios pobres, de morros, de favelas e invasões das cidades brasileiras. Locais marginalizados pela economia de mercado no qual o Estado se faz presente de forma repressiva: via polícia.

Contraracionalidade: qual o seu significado? Assevera-nos Santos (1999, p.246) “constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidades, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.” Ele, ressignifica o conceito.

No sistema “mundo-presídio”, ao largo do oficial é montada pelos detentos toda uma rede de sobrevivência pautada na solidariedade, isto é, uma rede de ajuda; uma contradição num lugar de repressão e violência, ou repressor e violento como o presídio.

São esses territórios que iremos abordar, territórios de solidariedade e é através do olhar geográfico que iremos trilhar esse caminho. Mostrando ou apontando lugares, espaços e tempos de humanização, num lugar de desumanização, como o cárcere.

No presídio um grande número de detentos não recebe visita de familiares e, entre os motivos apontados: há o caso de parentes que moram em lugares distantes; outros que mesmo morando na Região Metropolitana do Recife, não possuem recursos suficientes para ajudar o parente detido, e, em alguns casos foram totalmente abandonados.

As relações estabelecidas e vivenciadas no interior do cárcere são complexas, e, muitas vezes, são impulsionadas por experiências vivenciadas fora-dentro. O não atendimento das necessidades básicas fomenta ações por parte dos detentos que estabelecem territorialidades: Quando, por exemplo, um antigo detento encontra alguém que trabalhou com ele no mundo do crime ou também ao encontrar um parente, ou, é do mesmo artigo; ter morado no mesmo bairro ajuda a entrar na rede, e, simplesmente, por simpatia, pois, ele, se solidariza com determinada pessoa, porque já passou por essa situação e o novato apresenta um “comportamento” aprovado.

Como resultado desses encontros, redes são vivenciadas; redes de refeições, a de pequenos favores, a da faxina na cela e a da triagem do isolamento. Segundo eles, entre os detentos, “só dá para fazer um nó” , com essas pessoas, fazer um nó significa manter uma ligação,

isto é, uma relação. Como sempre a criação de uma rede implica a formação de centralidades e marginalidade, pois, alerta Raffestan (1993, p.188)

“nodosidade, centralidade e marginalidade estão ligadas pelos atores que as fazem e as desfazem. A nodosidade reúne os atores paradigmáticos que, se tiverem acesso à categoria de atores sintagmáticos, fundarão, se possível, uma centralidade que determinará uma marginalidade.”

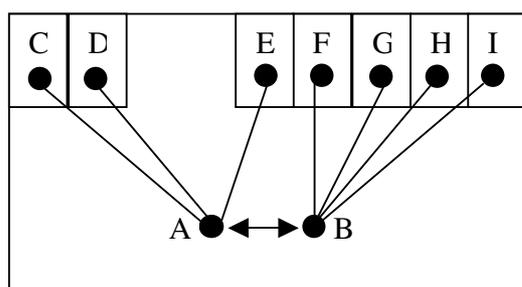
O encontro desses detentos os transformam em atores sintagmáticos e nessa relação participam como pontos dessa rede solidária, rede de ajuda. Segundo alguns entrevistados só “há possibilidade de existir um nó com pessoas de confiança.”

A rede de refeições é chamada pelos detentos conexão; participar desta rede é objetivo de todo detento que tenta de todas as formas não depender das refeições oferecidas pela unidade. Depender da alimentação oficial é sinal de abandono da família. Muitas vezes a situação de alguns familiares é tão comprometedora que nos dias de visita, alguns vão para a fila das refeições. A cela do pavilhão onde se localiza o fogão e botijão se transforma no centro estratégico dessa relação; pelo menos as três refeições estarão garantidas para quem participa dessa relação. É claro que o dono do fogão está numa situação privilegiada com relação aos demais atores, pois ele poderá participar ou não das cotas do gás ou do fornecimento de mantimentos. Os demais atores participam de acordo com as suas condições financeiras, fornecendo mantimentos e contribuindo para a compra do gás. Outros dois atores podem entrar em cena e participar dessa rede, um deles recebe visita e participa financeiramente enquanto o outro mais carente participa da rede como mão-de-obra, lavando pratos. Foi dessa maneira que os dois atores se integraram um por ter

encontrado antigo vizinho, e, o outro após um tempo apresentou um comportamento aprovado, sendo incluído na conexão.

Na realização do trabalho de campo foi identificado um pavilhão no qual as redes de refeições vão além de apoiar um amigo ou conhecido de alguém do grupo, pois todos os dias as pessoas que não dormem nas celas e não tem condições de contribuir com a conexão, saem de cela em cela solicitando algo para se alimentar. Na figura 09 essa situação será apresentada.

FIGURA 09- REDE SOLIDÁRIA DAS REFEIÇÕES



A → Demandador de refeições

C → Fornecedor de arroz

D → Fornecedor de feijão

E → Fornecedor de carne

B → Demandador das refeições

F → Fornecedor de farinha

G → Fornecedor de verdura

H → Fornecedor de feijão

I → Fornecedor de Arroz

Os atores A e B fazem do grupo dos excluídos que graças à localização nesse pavilhão, podem usufruir dessa rede. Essa situação só ocorre neste pavilhão. Os dois, após conseguirem montar as refeições, juntam os alimentos recebidos de cela em cela, se

aconchegam em alguma área do pátio e organizam melhor o seu prato, cedendo um para o outro o que cada um recebeu.

Esta situação é visualizada nas fotos 2 e 3 que mostram o momento de preparo e distribuição da refeição. Pois, como assevera Raffestan (1993, p.207) “A rede é por definição móvel, no quadro espaço-temporal. Ela depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes.”

Neste pavilhão há uma rede entre várias redes. E, os ofertantes se encontram numa posição privilegiada, pois eles podem ajudar ou não, embora, seja uma prática deste pavilhão de ajudar a quem precisa. Como foi dito, as redes são complexas, e no caso agora analisado, o que pesou ou ajudou a criar essa rede foram àqueles fatores já apresentados, como terem atuados juntos no mundo do crime, serem parentes, ou do mesmo bairro ou descobrirem num encontro casual que estão enquadrados no mesmo artigo. Segundo um entrevistado “já é norma desse pavilhão a prática da solidariedade.” As fotos 02 e 03 mostram os detentos preparando as refeições nas suas celas e a divisão dos alimentos entre eles.



4.4.1 Rede de pequenos favores

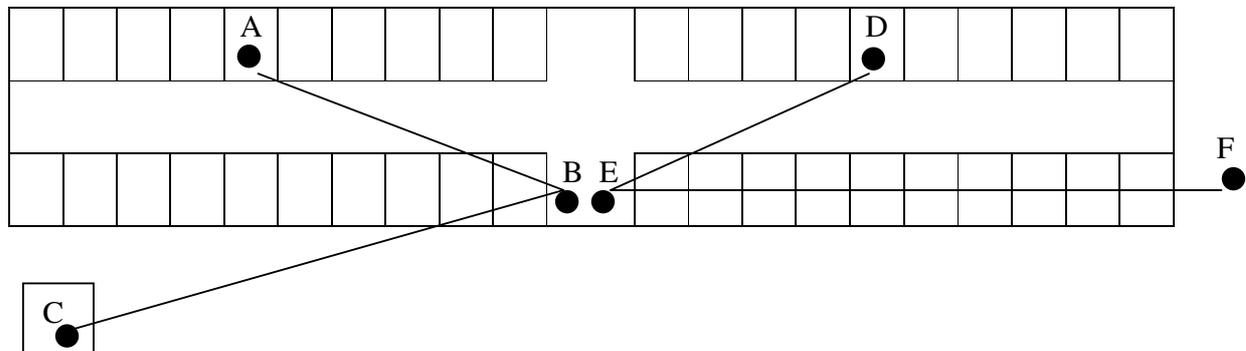
Em todos os pavilhões da unidade há os que possuem autorização para sair dele (um número ínfimo) e os que não tem essa autorização (estão imobilizados). Alguns entrevistados, consideram que: “enquanto um está solto o outro está preso” . É a partir das necessidades de quem está imobilizado que será montada a rede ou pequenos favores, uma rede móvel e flexível.

Os “presos” dos pavilhões são obrigados a passar o dia todo no pavilhão, isto é, no convívio. Na maior parte das vezes eles dormem, acordam e se relacionam o dia todo com as pessoas no corredor. E, quando eles precisam de algo solicitam dos que podem transitar na unidade o atendimento desse favor. As solicitações são as mais diversas: comprar verdura ou carne, um gás, um suco (o cantineiro do pavilhão não fez naquele dia), estender e olhar a roupa no varal.

O presídio se transformou num espaço de luta pela vida, e, essas territorialidades até agora expostas, são reveladoras

Essa rede de favores é uma prova da ação dos próprios detentos que, mesmo situados num ambiente tão hostil, alguma dignidade e humanidade. Aos exemplos, através da figura 10, será apresentada uma rede envolvendo duas situações, como a de uma pessoa que precisa do gás de cozinha, e de alguém que, tendo autorização para circular no interior da unidade leva roupas para o varal improvisado do pátio.

FIGURA 10- Rede de Pequenos Favores



A → Demandante do gás

D → Possui as roupas lavadas

B → Intermediário

E → Intermediário / tem acesso para sair

C → Depósito de gás

F → Olha roupa no varal

Esta rede também é móvel e flexível, e, esses pontos ou nós indicam uma intervenção entre os atores. Na rede exposta na figura, os atores A e D não podem sair do pavilhão. Por isso, o ator A fez um acordo com o ator B, e conseguiu que este comprasse o seu gás. Enquanto o ator D acertou com o ator E, e este levou a sua roupa ao varal, no caso sob a vigilância do ator F, que nessa rede pode ganhar 1 real ou uma carteira de cigarros e quem sabe, almoçar naquele dia na rede alimentar da qual o ator D faz parte.

Essa imagem da rede mostrada na figura pode durar apenas um dia, uma ou mais semanas, pois o ator que precisa pôr as roupas no varal pode, em algumas ocasiões, aproveitar a hora da primeira refeição ou a da hora do almoço e levar suas roupas diretamente ao varal, dispensando o ator E dessa transação.

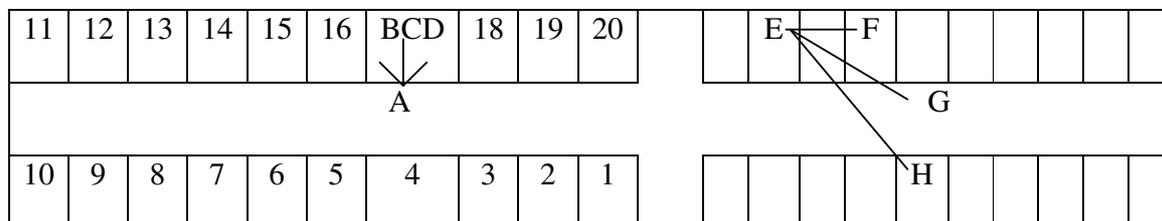
Nesta ação os detentos confirmam Santos (1999, p.88) quando afirmam que são os homens através de suas ações que dão significados aos objetos, as formas-conteúdo. A cerca que delimita a área de segurança eles transformam em varal, o cotidiano do cárcere comprova o conceito Miltoniano.

4.4.2 A rede de trabalho

No interior do pavilhão alguns detentos, que dispõem de melhores condições financeiras, se aproveitam das necessidades dos demais para utilizá-los como mão-de-obra em atividades de rotina da cela como faxina ou lavagem de roupas. Os cinco ou seis detentos que dormem na cela definem entre eles o dia em que cada um deverá fazer a faxina da cela; atividade que envolve a varrição com a limpeza do piso e a lavagem do banheiro. Confirmando o dito por Raffestan (1993, p.268) “Quer se trate de relações com os homens, com os territórios ou com os recursos, há sempre a criação de regras e de normas, cuja finalidade é aumentar a eficácia do controle e da gestão dos seres e das coisas.”

Outra atividade desenvolvida pelos detentos no interior da unidade é a prestação de serviços de lavagem de roupas. Os mais carentes desenvolvem esta atividade, recebendo em média 25 centavos por peça, quem paga e desfruta desse serviço dispensa a lavagem da roupa por sua família. A figura 11 apresenta a rede do trabalho desenvolvido pelos detentos através da faxina e da lavagem de roupa.

FIGURA 11- Rede de Trabalho- Faxina e Lavagem de Roupas



FAXINA

- A → Vende o seu trabalho na faxina
- B → Paga ao ator o dia de sua faxina
- C → Paga ao ator o dia de sua faxina
- D → Paga ao ator o dia de sua faxina

LAVAGEM DE ROUPAS

- E → Trabalha lavando roupas
- F → Paga ao ator E a lavagem de suas roupas
- G → Paga ao ator E a lavagem de suas roupas
- H → Paga ao ator E a lavagem de suas roupas

Esta rede mesmo sendo móvel e flexível pode ter uma duração um pouco maior que as outras, por criar uma relação de clientela entre as partes envolvidas, isto é, se o acordado for cumprido.

O ator A desenvolverá suas atividades de faxina na cela 17, trabalhando nas terças-feiras para o ator B nas quintas-feiras para o ator C, e nas sextas-feiras para o ator D. Quanto ao que presta o serviço lavando roupas, também pode utilizar um dia útil da semana para realizar sua tarefa, e após o término do seu trabalho (lavar as roupas) irá montar e vivenciar a rede dos pequenos favores. Quem lava roupa entra com o material necessário para realizar essa atividade.

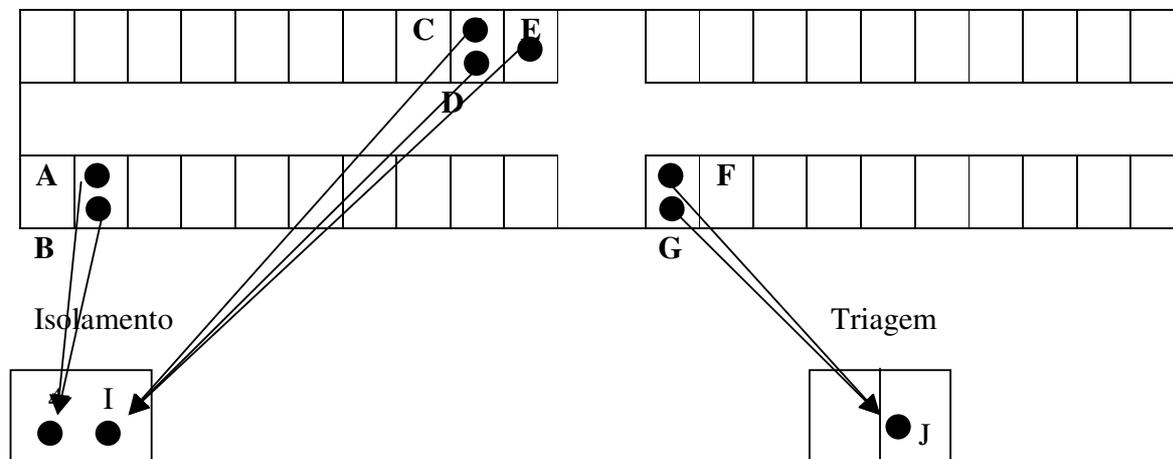
4.4.3 Rede de solidariedade na espera e no castigo

A triagem, é o setor que abriga réus primários e reincidentes e que, após o atendimento psico-social são encaminhados para os pavilhões. O reincidente por já ter passado pela unidade pode encontrar uma maior facilidade em se inserir nesta rede, caso encontre alguém conhecido e que se sensibilize com a sua situação. Enquanto o primário (novato) será inserido a partir de uma amizade que se encontra no pavilhão e que é informado de sua presença na espera.

O castigo é o local do presídio formado pelos pavilhões J, N e R, que são destinados a obrigar ou acolher aqueles que cometeram alguma falta no interior da unidade. A lei de Execução Penal (1992, p.22) no artigo 58 assevera que “O isolamento, a suspensão e restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias.”

A figura 12mostrará uma situação na qual os detentos no pavilhão se organizam e estruturam duas redes: uma para ajudar um colega no castigo e outra para dar um apoio a um amigo de bairro de alguém da cela.

FIGURA 12- Rede de Solidariedade: na triagem e no isolamento.



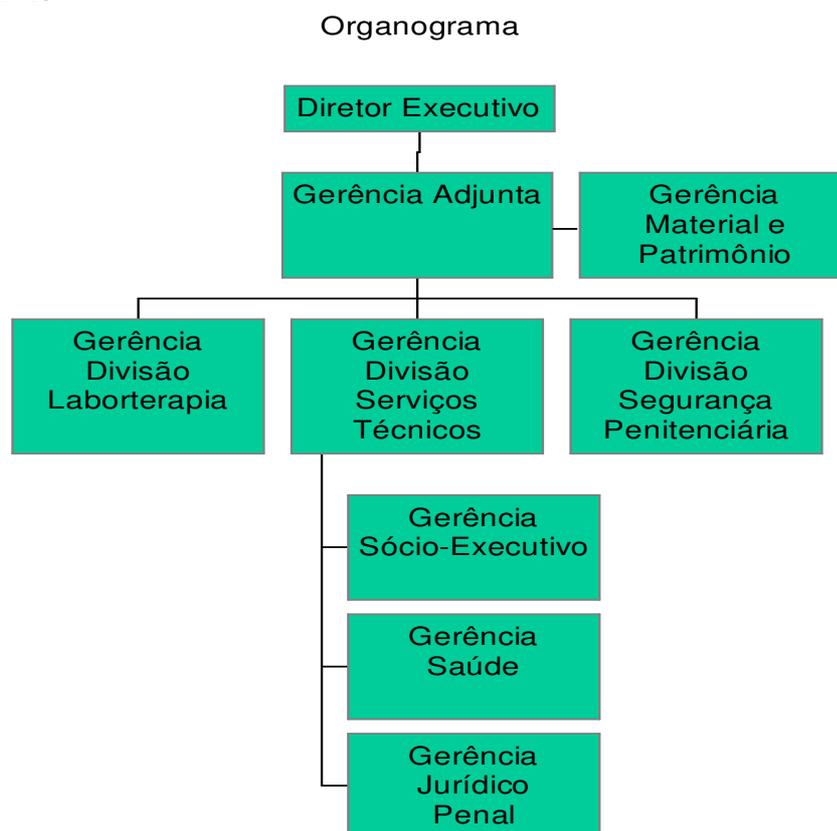
Para participar e receber ajuda no castigo a pessoa deve ser considerada, isto é, ser respeitada pelos detentos; ter feito amizade com alguém que possui uma vida “estabilizada” facilita o acesso a rede. Nos pavilhões, já analisados, na rede das refeições, os que não aceitam que ninguém novo participe de sua conexão, são bem rigorosos quanto à ajuda a quem está no castigo.

Três redes solidárias foram vivenciadas para atender pessoas que se encontravam no isolamento e na triagem. O ator H recebeu ajuda dos atores A e B, que tem laços de amizade, já que eles são do mesmo bairro. Os atores C, D e E apoiaram o ator I, que não recebe visita, mas que pelo seu comportamento participa da rede alimentar e não poderia deixar de receber apoio num momento como este. Já os atores F e G se solidarizaram com o ator J, que encontra-se na triagem e o mesmo atua em várias ações com os mesmos. No isolamento ou na triagem esta rede pode garantir o acesso à alimentação, a produtos de higiene pessoal e até a cigarros e dinheiro.

5 – A territorialidade da “Ressocialização”: a dimensão institucional

O organograma abaixo apresenta a estrutura do Presídio Prof^o. Aníbal Bruno:

FIGURA- 13



Quatro setores serão analisados nesta pesquisa: o trabalho (laborterapia); a escola; o psico-social e a saúde. Eles são fundamentais no resgate da dignidade do homem encarcerado, já que só através da ocupação, da educação e da integridade bio-psico-social pode-se pensar em ressocialização.

5.1 – Trabalho

A laborterapia é o setor responsável pelo trabalho desenvolvido pelos detentos. Eles recebem a concessão, isto é, por cada três dias de trabalho se diminui um dia de pena. Esta divisão é responsável pelo trabalho dos concessionados nos diversos setores da unidade, tais como: conservação e manutenção; enfermaria; permanência; rancho; escola; psico-social; jurídico entre outros.

Compete a este setor:

- Organizar e viabilizar a comercialização das atividades produtivas e individuais dos presos;
- Prover, através da ocupação laborial dos presos concessionados, os serviços voltados às necessidades pessoais e coletivas da população concessionária;
- Promover atividades coletivas, especialmente nas áreas de artesanato e agricultura;
- Emitir atestado de concessão.

Oficialmente para se candidatar a uma vaga o detento tem que preencher um formulário padrão e obedecer aos seguintes critérios: estar a mais tempo inscrito na lista de espera; aptidão para a vaga disponível; ser portador de um bom comportamento; se praticar alguma indisciplina poderá perder a concessão.

A unidade conta com quatrocentos e onze concessionados. Desse total, duzentos e dez recebem R\$ 263,50, como salário e uma parte (25% desse total) vai para um pecúlio, que será reembolsado a partir do livramento condicional, ou de alvará de soltura. Duzentos e um trabalham sem remuneração e recebem apenas a remissão dos dias trabalhados.

O presídio é uma unidade com problemas de abastecimento, reformas e construções de equipamentos. O setor de conservação e manutenção, dispondo de 131 pessoas desenvolve

as seguintes atividades: eletricidade; hidráulica; serralharia; marcenaria; refrigeração; horta e artesanato.

Qualquer problema na unidade, seja nos setores administrativos ou nos pavilhões e celas como pintura, conserto nas infiltrações no teto, reforma ou construção, tem que passar por este setor.

É de sua responsabilidade a limpeza da unidade. Tonéis são distribuídos próximos aos pavilhões como depósitos de lixo. Uma equipe faz a varredura da área e deposita nos baldes, enquanto outros grupos com carros de mão recolhem o lixo do balde levando-o para o depósito geral de lixo da unidade. Nas terças e sextas o caminhão de lixo da prefeitura entra no presídio para recolher o lixo.

Um importante projeto vem sendo desenvolvido: o projeto reciclagem, onde alguns detentos trabalham recolhendo tudo que pode ser reciclado: lata, papelão e garrafa. Com o dinheiro arrecadado com a venda desses produtos, compram-se equipamentos e ferramentas como: vassouras, enxadas e outros mais necessários ao setor.

No rancho trabalham 68 pessoas, e pode ser considerado o sistema nervoso central da unidade, por ser o setor responsável pelas refeições oficiais, chamadas na gíria local de “bóia”. Entre 05:00 e 07:00h é oferecido o café, o almoço é servido entre 11:00 e 12:30h e a janta entre 16:00 e 17:30h. São servidos entre 2800 e 3100 almoços e um média aproximada de 10 mil refeições diárias. Nos dias de visita entre 200 e 300 pessoas não pegam a bóia, mas, por outro lado, alguns detentos são tão pobres que seus familiares nos dias de visita se alimentam das refeições da unidade.

A divisão de Laborterapia, responsável pelo trabalho dos detentos relaciona-se com todos os setores da unidade, pois todos as atividades desenvolvidas no presídio contam com a mão-de-obra carcerária. Atualmente (março de 2006) em contingente de 345 detentos

prestam algum serviço, no entanto só 201 deles recebem o salário, os outros recebem apenas a remissão dos dias trabalhados. O salário recebido pelo detento equivale a 75% do salário mínimo e 20% desse total vai para um pecúlio em seu nome que só poderá ser retirado a partir do alvará de soltura ou da liberdade condicional. Os outros 144 trabalham recebendo apenas a remissão.

5.2 – Educação

O acesso à educação é um direito garantido pela Lei de Execução Penal que em seu artigo 17, assegura “A assistência e a formação profissional do preso e do internado.” No Presídio Aníbal Bruno está instalado a escola que dispõe de cinco salas de aula e com um total de 508 alunos, 15 professores, distribuídos em 18 turmas de Educação de Jovens e Adultos, sendo cinco turmas de alfabetização, duas turmas de 1ª fase (1ª e 2ª séries), duas de 2ª fase (3ª e 4ª séries), 6 turmas de telessalas de ensino fundamental e a telessala de ensino médio (Projeto Avançar). Na escola também funciona o curso de línguas, nas modalidades inglês e espanhol. Um professor voluntário americano e um monitor (concessionado) ministram aulas de inglês, enquanto o espanhol é ministrado por um concessionado de nacionalidade peruana.

Por falta de espaço, a escola instalou desde fevereiro de 2005 uma turma de alfabetização no pavilhão “N” (de segurança). Apesar da especificidade do lugar, a vida escolar funciona como qualquer outra localizada fora do muro. Em 2005 ela participou da Gestão democrática, onde os alunos e professores elegeram a nova gestora. Está em andamento a formação do conselho escolar, instância formada por representantes dos segmentos dos

professores e alunos que junto, com a nova direção, irão traçar os novos caminhos da educação no presídio.

A educação tem uma importante função a desempenhar nos presídios. Não podemos pensar ou falar em ressocialização sem se ater no papel da educação. No Brasil não existe a prisão perpétua e este homem ou mulher que está detido irá retornar a sociedade.

Cabe a Secretaria de Educação e a Secretaria de Defesa Social somar esforços para melhorar as escolas, preparando-as para o oferecimento de um ensino de qualidade. Na foto – alunos da telessala assistem à fita.

Desde agosto de 1999 a Secretaria de Educação implantou o projeto de telessala do ensino fundamental e em agosto de 2001 o projeto Avançar (ensino médio). No vestibular de 2003 um aluno da unidade foi aprovado em filosofia na Universidade Federal de Pernambuco. Os alunos são oriundos de todos os pavilhões, com exceção dos pavilhões voltados para o castigo, como o pavilhão R (disciplina) e o J (isolamento), pois até o pavilhão N (segurança) conta com uma sala de aula. No mês de dezembro cartazes anunciam as datas de matrícula para a escola e um concessionado recebe a lista dos chaveiros com os detentos interessados. De posse dos nomes dos interessados a direção da escola repassa uma lista para o setor de segurança que, a partir do comportamento e do interesse do internado irá autorizar ou não a sua matrícula.

A pressão é muito grande por parte da população carcerária para ter acesso a escola. No entanto, o espaço físico da escola é limitado, muito embora esteja em andamento um projeto para ampliar o seu espaço com a construção de mais 05 salas, num esforço conjunto da própria escola, da direção, da unidade (cedendo o espaço) e da Secretaria de Educação.

5.3 – O Psico- social

Compete a este setor elaborar e emitir pareceres técnicos pertinentes, atendimento em grupo e / ou individual, atendimento familiar; encaminhamento aos diversos setores da unidade e acompanhamento das solicitações.

Quando se aproxima o tempo de passagem do regime fechado para o semi-aberto ou para a liberdade condicional, a partir de uma solicitação do juiz o setor psico-social avalia o detento e dá o parecer para a sua saída ou não.

Este setor é responsável pela “recepção” aos novatos, isto é, realiza a triagem. Uma equipe formada por sete psicólogos e oito assistentes sociais trabalha incansavelmente para realizar esta tarefa.

Um outro trabalho importante desenvolvido, é o da informação para os detentos e seus familiares sobre os seus direitos, agilizando e orientando os caminhos para a conquista de benefícios, como: adquirir o auxílio reclusão para os que trabalhavam quando foram detidos; o acesso a certidão de nascimento para o detento e seus filhos, entre outras informações fundamentais relacionadas ao direito.

São muitas as demandas por esses profissionais pelos detentos: encaminhamento para advogados, uma conversa com o diretor; solicitação de contato com a família e até a solicitação de um atendimento psicológico individual. Este último de difícil realização, por conta da superlotação.

5.4 – Saúde

Compete a este setor: realizar o atendimento médico, odontológico e psicológico, no âmbito da unidade penal; proceder à inspeção regular dos ambientes físicos da unidade, encaminhamento para hospitais, marcação de consultas; marcação de exames; recebimento de resultados, atendimento ambulatorial, administração e controle de medicações; administrar os programas de prevenção e tratamento e diagnóstico para tuberculose, hanseníase e HIV.

Um dos setores que sofrem com a superlotação é o de saúde. O antigo pavilhão da enfermaria, hoje chamado ambulatório, comporta oito celas com instalações precárias, paredes sujas e superlotadas. Furúnculos, dermatites, cólicas intestinais, cefaléias, dores de dentes e muitos casos de tuberculoses; alguns de hanseníases, outros com bolsas de colostomia (intestino perfurado por faca ou bala) e casos de paralisia causados por tiros são as enfermidades gerais mais comuns.

O consultório conta com uma sala para curativo, com duas macas velhas, paredes sujas comprometendo ainda mais o quadro crítico de quem está sendo atendido. Uma sala funciona como consultório médico e outra como farmácia. Muitas vezes não há um simples comprimido para cefaléia e o atendimento odontológico é bem precário; dois dentistas, um funcionário do Estado, só realiza extração. O outro faz atendimento particular.

Mais uma vez a Lei de Execução Penal não é cumprida pois no artigo 14 (2002, p. 07) garante “A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreendendo o atendimento médico, farmacêutico e odontológico.”

Uma psicóloga e uma assistente social estão a disposição desse setor realizando um trabalho social junto com a comunidade carcerária, desenvolvendo projetos voltados para a

prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV e também junto aos drogados.

A falta de transporte é outra dificuldade do setor de saúde, pois muitas vezes realiza um sorteio para saber quem dos doentes mais graves será atendido em outra unidade de saúde da cidade. Enfim, mais uma vez as condições precárias dentro dos presídios retrata o caos na saúde fora dos presídios. Como todas as redes sociais de territorialidades já mencionadas sobre o presídio (alimentação, limpeza, etc) que retrata o vivido social externo ao presídio, a saúde não foge a regra.

6- Considerações Finais

Este texto mostrou a partir da práxis dos detentos a importância e significado do espaço no cotidiano vivenciado nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno. Como foi visto, os detentos, organizados em atores sintagmáticos aproveitam as lacunas deixadas pelo Estado, transformando através de suas práticas (técnicas) as necessidades básicas em recursos a serem manipulados. Essas ações por sua vez modificam celas e pavilhões que absorvem novos conteúdos. Por isso os objetos e ações oficiais são adaptados pela dinâmica espacial dos detentos, surgida contraditoriamente num lugar de confinamento e negação de liberdade.

Assim, a prática espacial dos detentos nos pavilhões do Aníbal Bruno confirma o pensamento de Raffestan (1993, p.143) que considera o espaço a “matéria-prima”, daí o espaço-presídio a partir da ação dos detentos recortar-se em diferentes territórios. O espaço será o suporte de todas as relações desencadeadas no interior do pavilhão e o espaço da cela será o centro que possibilitará todas as tramas criadoras de diferentes territorialidades e redes.

Territorialidades e redes que expressam a luta pela sobrevivência no cárcere. Território compreendido como uma produção a partir do espaço que pode ser apropriado concreta ou abstratamente por parte da população carcerária que emerge como ator. E, que através de sua ação gerenciará determinados recursos através de redes.

Essas redes por sua vez quando condensadas pelos princípios da economia de mercado, isto é, objetivam o lucro são aqui consideradas racionais, o pequeno comércio das cantinas e a voltada para o aluguel de eletrodomésticos serviram de exemplos. Já que surgiram a partir do reconhecimento do outro são as redes de solidariedade, apresentadas a partir da rede de

pequenos favores, a de trabalho e a de solidariedade aos que se encontram na triagem e nos pavilhões de isolamento.

A apropriação do espaço da cela será condição básica para que eles, os detentos, investidos da condição de sintagmáticos desenvolvam estratégias de sobrevivência e de acumulação de capital.

As redes mostradas ao longo do texto confirmam a assertiva de Raffestan (1993, p.207) de que ela “é por definição móvel, no quadro espaço-temporal. Ela depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede”. São esses atores que ocupam ou se transformam em pontos onde através do processo relacional originam nós e traçam limites, que por sua vez delimitam e recortam os espaços do pavilhão. É deste ponto-cela que irradiam os principais fluxos estabelecidos e vividos no interior de celas e pavilhões.

Através de suas práticas espaciais, os detentos condensam celas e pavilhões de novos conteúdos, possibilitando que em um espaço de dimensões limitadas houvesse um uso intensivo, e que por essa razão presente ao longo do dia e da semana diversas funções. Corroborando com a colocação de Santos (1999, p.88) ao afirmar as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo uma vida. “As formas-conteúdo mostradas na utilização diversificada das celas, dos pavilhões e de outros espaços da unidade pesquisada”.

Todo o texto mostrou que a ausência do Estado e a superlotação instigaram os detentos a se mobilizarem objetivando criar condições mínimas de sobrevivência. Confirmando também como o pensamento de que o homem como ser social mesmo inserido em um espaço voltado para o confinamento, revela a sua identidade e condição humana.

REFERÊNCIAS

- 1- BAUMAN, Zygmunt- Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- 2- _____ -Globalização as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- 3- BELO, Adilza Maria Vieira. Tributo ao mestre Aníbal Bruno. São Paulo: João Scortecci Editora, 2004.
- 4- BECCARIA, Cesare Marchesi di. Dos delitos e das penas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- 5- CÓDIGO PENAL/ Anne Joice Angler, coordenação.- 10. Ed. São Paulo: Rideel, 2004.
- 6- ESTÁ funcionando novo presídio com capacidade para 420 detentos. Diário de Pernambuco. Recife, 7 de mar. 1979.p.A-17.
- 7- FOUCAULT, Michel- Microfísica do Poder, 17º edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- 8- _____ - Vigiar e Punir: nascimento da prisão, 22º edição. Petrópolis, Vozes, 1993.
- 9- GEORGE, Pierre. O homem na terra: Geografia em ação. Lisboa: Ed. Setenta, 1993.
- 10- LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.- 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

- 11- Lei de Execução Penal/ organização dos textos, Legislação complementar e índice alfabético- Remissivo Márcia Cristina Ananias Neves, Revisão Maria Leguthe Rosa, -1 Ed.- São Paulo: Rideel, 1992.
- 12- MODERNO presídio para 366 detentos começa a funcionar. Diário de Pernambuco. Recife, 18 dez. 1979. p. A-19.
- 13- NUNES, Adeildo. A realidade das prisões brasileiras. Recife: Nossa Livraria, 2005.
- 14- RAFFESTAN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- 15- REGIMENTO interno do Presídio Prof^o Aníbal Bruno. Rildo Cardoso. Recife, 2002.
- 16- SÁ, Alcindo José de . O Brasil encarcerado das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
- 17- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção, 3^a edição. São Paulo, Ática, 1999.

GLOSSÁRIO

BARRACO- Uma das camas da cela.

BÓIA- Refeições oferecidas pela unidade prisional.

BR- O corredor do pavilhão.

CHAVEIRO- Detento responsável pelo pavilhão, é um cargo de confiança da direção da unidade.

CONVÍVIO- É a convivência entre os detentos no interior do pavilhão.